

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA**

Rafael Caruccio

As condições de surgimento do neoliberalismo na Grã-Bretanha (1974-1985)

Porto Alegre, dezembro de 2009

Rafael Caruccio

As condições de surgimento do neoliberalismo na Grã-Bretanha (1974-1985)

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Enrique Serra Padrós

Porto Alegre, dezembro de 2009

Rafael Caruccio

As condições de surgimento do neoliberalismo na Grã-Bretanha (1974-1975)

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História.

Aprovado em _____

BANCA EXAMINADORA

Céli Regina Pinto – Departamento de História / UFRGS

Luiz Dario Teixeira Ribeiro – Departamento de História / UFRGS

Enrique Serra Padrós – Departamento de História / UFRGS

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo investigar os fatores históricos que foram decisivos para o surgimento do neoliberalismo na Grã-Bretanha entre 1974 e 1985. A delimitação cronológica corresponde ao agravamento da crise do petróleo e ao fim da greve dos mineiros do carvão. Por fatores históricos entendemos condições econômicas, políticas e sociais que se manifestaram ao longo do processo de mudança no regime de acumulação capitalista a partir da crise do petróleo em 1973. Primeiramente, analisamos o keynesianismo visando compreender o funcionamento da economia ocidental do pós-guerra. Em segundo lugar verificamos sua aplicabilidade na Grã-Bretanha. Finalmente, avaliamos o período da crise dos anos 70, relacionando os fatores econômicos e políticos ligados particularmente ao jogo parlamentar e eleitoral entre trabalhistas e conservadores. Por ser um trabalho sobre o neoliberalismo britânico, evidentemente enfatizamos o papel desempenhado por Margaret Thatcher, tanto na oposição, entre 1974 e 1979, quanto nos primeiros anos de seu governo, de 1979 até a vitória sobre os grevistas. Nesse ponto, além do viés econômico e político, enfatizamos também aspectos sociológicos.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Crise dos anos 70. Condições materiais. Economia. Política. Sociedade. Trabalhistas. Conservadores.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 6 |
| 1 A ERA DE OURO: TENSÕES E DIVERSIDADE NOS PAÍSES CENTRAIS..... | 17 |
| 1.1 APROXIMAÇÃO ÀS DIFICULDADES ESTRUTURAIS DA GRÃ-BRETANHA...20 | |
| 1.2 O ESTADO KEYNESIANO E SUAS ESPECIFICIDADES AMERICANAS.....21 | |
| 1.3 OS PROBLEMAS BRITÂNICOS NO CENÁRIO ANTERIOR À CRISE..... 24 | |
| 2 A GRÃ-BRETANHA NA DÉCADA DE 1970..... | 28 |
| 2.1 OS FATORES ECONÔMICOS DA CRISE.....28 | |
| 2.2 A DINÂMICA POLÍTICA.....32 | |
| 3 A CRISE, O ESTADO E OS TRABALHADORES..... | 38 |
| 3.1 A CLASSE TRABALHADORA.....41 | |
| CONCLUSÃO..... | 50 |
| FONTES..... | 52 |
| FONTE AUDIOVISUAL..... | 53 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 53 |

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi idealizado a partir da tentativa de analisar, de forma aprofundada, as condições de surgimento do neoliberalismo. Sob o escopo teórico marxista as idéias são consideradas a partir da realidade. Concordamos com essa constatação básica, então não apontamos o neoliberalismo como um conjunto de idéias coerentes sem respaldá-las nos fatos concretos, ou ainda, nos fenômenos concretos.

Neste trabalho é enfatizado que o neoliberalismo, como fenômeno histórico, surgiu no cenário mundial a partir de determinadas condições. Para trabalharmos de uma forma coerente, decidimos destacar três aspectos principais: o econômico, o político e o social. Cada uma dessas três instâncias encontrou, na Grã-Bretanha, situações exemplares, as quais permitem compreender por que o neoliberalismo tornou-se hegemônico nesse país antes de qualquer lugar.

No entanto, como demonstram as constantes manifestações dos sindicatos (*Trades Union*), o neoliberalismo (ou *thatcherismo*, como chamam os britânicos) não ocorreu no sentido de uma evolução necessária e obrigatória da história britânica e ocidental. Nesse sentido, a possibilidade de derrota do projeto neoliberal era plausível.

Por aspectos econômicos queremos dizer todas as características que estavam em transformação na Grã-Bretanha, seja no pós-guerra até a década de 1960, seja durante a crise na década seguinte. Politicamente, as questões referem-se ao fato de que a proposta neoliberal foi eleita, não houve um golpe de estado ou uma ditadura. Dentro dessa perspectiva, é fundamental avaliar o papel do Partido Trabalhista. Da mesma forma, é necessário analisar se o Partido Conservador estava transformando ou não suas próprias idéias. Socialmente, tentaremos apreender as transformações que ocorreram – principalmente na década de 1970 –, propiciando o fim do consenso keynesiano.

Quanto ao recorte temporal, escolhi para este trabalho o período de maturação do neoliberalismo, o qual entendo, basicamente, compreendido em uma primeira fase, que se inicia em 1974, com o início dos reflexos da crise do petróleo, laureação de Friedrich Hayek com o Prêmio Nobel, e vai até 1979, com a aposta dos eleitores britânicos na plataforma conservadora, além do segundo choque do petróleo. A segunda fase pode ser inserida entre 1979 e 1985, entre a primeira eleição do gabinete de Thatcher e o fim da

famosa greve dos mineiros da Grã-Bretanha. É bom ter bem claro que analisamos o neoliberalismo nos locais onde ele se originou efetivamente, mesmo considerando que esse fenômeno histórico ocorreu no Chile antes de qualquer outro lugar¹. No entanto, é com a eleição de Margaret Thatcher, em 1979, e de Ronald Reagan, em 1980, que ele ganha espaço em locais poderosos o suficiente para o propagarem a nível mundial. A escolha da Grã-Bretanha deve-se ao fato de que esse país permite uma comparação melhor com os outros países europeus de porte similar, ao contrário dos Estados Unidos.

Primeiramente, para explicar a periodização do fenômeno neoliberal, apontamos dois aspectos do tema: o ideológico e o histórico. O primeiro é explicado na medida em que o neoliberalismo, mesmo já definido pelo economista e filósofo austríaco Friedrich August Von Hayek e a *Sociedade de Mont Pelerin*², só ganhou condições de aplicação prática a partir da crise da década de 1970. O segundo, o histórico, está relacionado ao primeiro e se manifesta através de eventos que podem ser entendidos como sintomas de uma crise de acumulação de capital: acontecimentos de 1968, como as revoltas estudantis, as greves operárias, o desgaste dos Estados Unidos no Vietnã, a política inflacionária do governo Johnson, o fim da paridade dólar/ouro (1971) e a crise do petróleo (1973).

As idéias neoliberais em si foram desenvolvidas a partir da obra de Hayek, *O Caminho da Servidão*. Esta obra abarca várias instâncias (econômicas, históricas, filosóficas, políticas, etc.) e realiza uma crítica e um alerta contra pressupostos que, segundo o autor, levariam ao Estado totalitário. Esses pressupostos seriam: a regulação da economia pela ação governamental esvaziando a autonomia da liberdade de mercado junto à sociedade. Por isso, tanto o socialismo como o Estado de bem-estar foram definidos por Hayek como caminhos para o totalitarismo. O termo neoliberalismo é uma alusão evidente ao “deixai fazer, deixai passar” dos fisiocratas e de Adam Smith. O liberalismo desses últimos, surgido na necessidade dos membros abastados do estamento inferior da sociedade feudal do século XVIII erradicarem de vez o regulacionismo mercantilista, é uma idéia absolutamente coerente, situando-a corretamente nesse papel histórico citado. A sociedade liberal, ancorada em seus sucessos reais do século XIX, como a derrota da aristocracia em

¹ No Chile ocorreu um neoliberalismo diretamente vinculado ao monetarismo, e partia da assessoria técnica de Pinochet. Na Grã-Bretanha, tanto Thatcher quanto seu principal ideólogo, Keith Joseph, desejavam desde o início convencer a toda a sociedade da necessidade e superioridade de suas idéias.

² Um pequeno e exclusivo grupo de economistas, historiadores e filósofos, como Henry Simons, Ludwig Erhard e Karl Popper, reunidos a partir de 1947 no spa suíço chamado Mont Pelerin.

1848 e a expansão econômica das décadas de 1850 e 1860, caminhou como única alternativa até a Primeira Guerra Mundial, quando suas próprias contradições tornaram-na inviável³, e quando a Rússia fez sua revolução em 1917. Suas contradições aparecem nitidamente no Ocidente, na medida em que o liberalismo do início do século XX não correspondia ao seu papel de meados do século XIX. No final desse século, com as industrializações dos Estados Unidos, França e Alemanha, países que praticaram um protecionismo progressivo a seus monopólios, o liberalismo perdeu grande parte de seu correspondente econômico, sendo uma questão de tempo até ruir politicamente entre 1917 e a década de 1930. Para o bem ou para o mal, a necessidade – em sociedades cada vez mais complexas e urbanizadas – do Estado assumir funções de absorção da luta de classes, atendendo a demandas das classes proletárias, como reduções na jornada de trabalho, férias e outros direitos e serviços e – depois do colapso de 1929 – ainda regular a economia, não deixava mais espaço para o liberalismo. O dirigismo resultante acabou assumindo diferentes formas, expostas aqui de forma geral, como a social-democracia europeia, o *New Deal* norte-americano, o populismo latino-americano e os regimes de extrema direita na Itália e na Alemanha.

Politicamente, o dirigismo antiliberal não gerou o totalitarismo, como tentou mostrar Hayek, ele apenas estava no mesmo contexto. Portanto, a ideologia neoliberal tem origem numa tentativa de “acerto de contas” com a década de 1930⁴ (FRIEDMAN, 1988, p. 51), argumentando que uma sociedade que negasse o mercado e a livre iniciativa econômica acabaria fatalmente indo em direção ao totalitarismo, isso numa época em que poucos apostavam no “deixai fazer, deixai passar”. Portanto, o neoliberalismo é uma teoria fundada no momento de generalização do dirigismo keynesiano, mas que só pôde funcionar como prática política a partir das condições econômicas surgidas com a crise do capitalismo dos anos 70. A escolha do ano de 1974 como marco inicial desta análise, justifica-se por marcar o início dos efeitos da crise.

Quanto aos aspectos históricos, iniciaremos com as seguintes citações:

³ A referência aqui é relativa à crescente concentração de capital em poucas empresas e bancos e ao protecionismo praticado por países como França e Alemanha, por exemplo.

⁴ Referência ao livro *Capitalismo e Liberdade*, onde Friedman coloca a culpa pela crise da década de 30 não no sistema, mas no banco central americano e sua suposta incompetência em garantir a solvência do sistema financeiro.

De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. [...] E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora – o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período 1968-1972 (HARVEY, 2007, p. 135).

Os problemas que tinham dominado a crítica ao capitalismo antes da guerra, e que a Era de Ouro em grande parte eliminara durante uma geração – pobreza, desemprego em massa, miséria, instabilidade –, reapareceram depois de 1973. O crescimento foi, mais uma vez, interrompido por várias depressões sérias, distintas das “recessões menores”, em 1974-5, 1980-2 e no fim da década de 1980 (HOBSBAWM, 2008, p. 396).

As citações acima servem para reforçar a noção de que, além da crise do petróleo em 1973, eram as contradições do sistema capitalista e sua escora política, o Estado keynesiano, que estavam se manifestando. Os eventos de 1968 são entendidos além das revoltas estudantis, pois nos fundamentos sociológicos do sistema, temos as greves que se espalharam por vários locais, culminando com as fortes greves na Itália em 1969, por exemplo. Quanto à crise do capitalismo em si, não era uma crise em qualquer lugar, era nos Estados Unidos, o centro do sistema – gastos excessivos no Vietnã, comércio desfavorável com a Europa já plenamente reconstruída, fuga de dólares para Londres e o efetivo fim da paridade dólar/ouro (ocorrida a partir de 1968, mas oficializada em 1971), além da inflação devido à emissão de moeda. No que se refere à crise do petróleo em 1973, podemos considerá-la não como o início, mas aquilo que potencializou as contradições, tornando-as impossíveis de serem camufladas.

O tema “neoliberalismo” justifica-se na medida em que é sem dúvida um dos mais abordados na agenda dos últimos anos dos pensadores ou acadêmicos de esquerda. Atualmente, não há quase debates, por exemplo, sobre a formação ou origem do capitalismo. Certos debates parecem estar esgotados, mesmo que efetivamente não estejam. O marxismo atual é amplamente comprometido no debate com seu adversário do momento: o neoliberalismo. O notável é que esse tema aproxima marxistas e keynesianos, pois os últimos ficaram órfãos de seus representantes políticos: os social-democratas. Esses se

tornaram em grande parte neoliberais, como por exemplo, o próprio *Labour Party*⁵ na Grã-Bretanha. Para citarmos duas publicações de centro-esquerda no Brasil atualmente, o *Le Monde Diplomatique* e a revista semanal *Carta Capital*, ambas mesclam especialistas marxistas e keynesianos.

O neoliberalismo, como tema histórico, talvez ainda não esteja devidamente definido. Como é um fenômeno histórico inserido no que se denomina “história do tempo presente”, esse tema ainda leva consigo uma grande carga do lugar-comum. Em tese, qualquer acadêmico, incluindo os de graduação, sabe debater o assunto. No entanto, a grande questão é se este grande espectro de opiniões contribui para o enriquecimento do debate ou apenas o torna uma banalidade do cotidiano.

Quanto às duas principais correntes críticas do neoliberalismo, a marxista e a keynesiana, cabem algumas observações: começaremos com uma importante observação de Marilena Chauí (1999). Em relação à América Latina, ela observou que a direita tradicional⁶, após a década de 1980, foi alijada do poder, mesmo mantendo seus tentáculos, sendo seu lugar ocupado pela social-democracia. Quanto à esquerda, ela notou que essa foi libertada da carga estalinista, mas também da social-democracia, por essa ter se tornado neoliberal. Dessa forma, segundo ela, a esquerda precisa ser reinventada. Esse deslocamento político das forças que participam dos embates pelo poder são recorrentes na história. Um dos primeiros a corresponderem a este espectro direita *versus* esquerda ocorreu a partir do resultado das “jornadas de 1848”. A burguesia, que de 1789 a 1848 havia cerrado fileiras com o proletariado, tornou-se conservadora, pois passou a usufruir as benesses do capital, ao mesmo tempo em que se livrava do poder político da aristocracia. Outro momento de deslocamento político ocorreu na década de 1930, quando os liberais abandonaram suas idéias à frieza devoradora dos fatos. Os conservadores, por sua vez, não simpáticos ao fascismo (questionável, considerando os acordos de Chamberlain e Deladier com Hitler), e diante do desaparecimento da aristocracia, não tiveram outra escolha a não ser tomar a bandeira da liberdade em oposição à bandeira da democracia e igualdade. Em referência à Grã-Bretanha, “aquilo que passa por ser o Conservadorismo Britânico é,

⁵ Partido Trabalhista britânico.

⁶ Ela refere-se à direita latinoamericana autoritária, diferenciando-a da direita neoconservadora, esta com discurso democrático. Esta citação não é feita com as palavras exatas da autora, e faz parte de uma entrevista ao programa Roda Viva, da Tv Cultura, de 1999.

ideologicamente, o *laissez faire* liberal que triunfou entre 1820 e 1850” (HOBSBAWM, 2003 [1968], p. 18). Estamos, portanto, com a ascensão do neoliberalismo, nos fatos e nas idéias, talvez no período do terceiro grande deslocamento político do ocidente⁷.

E o que este deslocamento implica no debate esquerda *versus* direita? Parece que em grande parte, Marilena Chauí está correta em sua afirmação anteriormente citada. Os keynesianos desejam uma espécie de repetição das práticas de política econômica do período fordista, e os marxistas talvez corram o risco, a nosso ver bem mais grave, de passarem a proclamar o socialismo como uma utopia impossível e ingênua. “O desemprego não permite a espera por uma reorientação ideológica. Por isso a saída para o atual colapso global ainda será keynesiana” (BUARQUE, 2009, p. 24). O comentário, não obstante ser realista, ofusca na verdade o posicionamento do senador Cristovam Buarque. Essa declaração vem de um homem de posições socialistas e está em um artigo de uma publicação de esquerda, o *Le Monde Diplomatique* (abril de 2009).

Para este trabalho, recorreremos a um número de autores que, embora possa parecer excessivo para um trabalho de conclusão de graduação, é inevitável, na medida em que eles fazem parte da formação da nossa bagagem intelectual e, fatalmente, teríamos de utilizá-los. São autores e obras que contribuem de forma diferenciada. Alguns atacam mais diretamente o assunto. O economista John Kenneth Galbraith, por exemplo, começou a apontar as contradições do sistema já na década de 1950, com o livro *A Sociedade Afluente* (1972 [1958]). No entanto, neste trabalho utilizamos *O Novo Estado Industrial* (1978 [1967]), o qual é uma espécie de denúncia contra o poder das grandes corporações⁸. O interessante nessa obra é que ele indica de uma forma muito precisa as ligações entre as tecnoestruturas (as conhecidas corporações)⁹ e o Estado.

David Harvey é necessário por inserir o tema do neoliberalismo dentro das novas condições materiais do regime de acumulação do capital, flexível e financeirizado,

⁷ Com isso não estamos sendo taxativos, apenas fazendo uma macro-observação, a qual num estudo mais apurado poderia demonstrar outros aspectos.

⁸ Galbraith não utiliza exatamente o termo “contradições do sistema”. Sua obra é antes uma crítica a distorções que os economistas faziam das idéias de Keynes. Ele questionava como uma sociedade rica não conseguia erradicar a pobreza, principalmente na zona rural do sul e do meio-oeste americano.

⁹ Tecnoestrutura é a forma como Galbraith designa o setor administrativo e técnico de uma grande corporação. Dentro dela há os técnicos especializados (a nova aristocracia operária), funcionários burocráticos, engenheiros, administradores e diretoria. Fora estão os que não têm especialização e são facilmente substituíveis pela máquina.

indicando também seu correspondente cultural, a pós-modernidade, moldando a luta de classes em outros parâmetros. Isso ele faz em *Condição Pós-moderna* (2007 [1989]). Em outro livro, *A Brief History of Neoliberalism* (2005), Harvey caracteriza o neoliberalismo como uma reafirmação do poder de classe da burguesia. Além disso, nessa obra ele toca nos aspectos políticos do sistema, explicitando os governos que forçaram sua aplicação, desde Deng Xiaoping na China, até Pinochet no Chile. Algo importante é que, mesmo Harvey não sendo um historiador por formação, o livro pode ser considerado um clássico na historiografia específica.

Na obra coletiva *Pós-neoliberalismo* (1996)¹⁰, duas correntes interpretativas nos chamaram a atenção: a de Göran Therborn e a de Perry Anderson. Therborn (1996) enfatiza o neoliberalismo como uma nova relação entre mercado, capital e Estado. Ele complementa seu argumento negando ao neoliberalismo uma estrita coerência teórica, e Anderson (1996), por sua vez, destaca o neoliberalismo como um corpo teórico coerente, embora não negue as estruturas. Ele aponta outros fatores, principalmente a força das idéias na história. Anderson também é importante por ser um historiador e um dos maiores teóricos marxistas atuais.

Por fim, Hobsbawm, historiador o qual, como teórico, se destacou pelas análises da formação da classe operária britânica e suas formas de lutas. No entanto, a partir do início da década de 1960 passou também a dedicar-se a análises mais amplas da história, da sociedade e da política mundiais. Sua importância ocorre por ser um grande erudito, escreveu talvez a obra mais lúcida sobre o século XX, além de atualmente ser um grande analista político-social. O neoliberalismo, para Hobsbawm (2008), é uma visão de mundo nascida da crise da década de 1970 e que não assumiu compromisso algum em tentar dar uma resposta à crise, e sim, o de adaptar a sociedade na ideologia do indivíduo.

Tanto críticos quanto defensores do neoliberalismo consideram como marcos iniciais desse sistema o Chile de Augusto Pinochet, a Grã-Bretanha de Margaret Thatcher e os Estados Unidos de Ronald Reagan. No entanto, na Grã-Bretanha, alguns acadêmicos – incluindo historiadores – estudam desde a década de 1990 o *thatcherismo*, forma pela qual eles denominam o neoliberalismo, obviamente dentro de seu contexto nacional.

¹⁰ Originada a partir de um seminário realizado na UERJ em setembro de 1994 – organizado por Emir Sader e Pablo Gentili.

Quanto ao objetivo do trabalho, o definimos como a tentativa de investigar o surgimento do neoliberalismo, a partir de condições concretas para sua realização, utilizando como estudo de caso a Grã-Bretanha no contexto de crise do sistema fordista de acumulação capitalista. Ou seja, investiga a Grã-Bretanha e seus eventos políticos, sociais e econômicos entre 1974 e 1985, período que abrange a crise da economia britânica a partir de 1974, as eleições ganhas pelos conservadores em maio de 1979 culminando com o auge do *thatcherismo*. Mas, para ter claro as condições britânicas, fez-se necessário estudar também o contexto geral do capitalismo mundial, principalmente a crise do petróleo e o surgimento das formas flexíveis de acumulação de capital e exploração do trabalho. Em função disso, há dois objetivos secundários:

- Descobrir o que houve na economia, na política e na sociedade, facilitando a prática da idéia neoliberal;
- Por que a Grã-Bretanha foi o lugar onde as condições se reuniram para tanto, e quais condições?

Algo importante a ser notado a respeito da crítica do neoliberalismo não ter uma obra guia (como o imperialismo tem com Lênin, por exemplo), e sim várias obras dispersas, mesmo que importantes, é que o neoliberalismo é um fenômeno histórico de uma época em que se produzem muitos trabalhos acadêmicos, simpósios, seminários, etc. No mundo, de uma forma geral, nunca houve uma massa tão grande de professores e estudantes universitários, num contexto de crescente universalização da educação. Entretanto, acreditamos que nesse contexto, a questão de se fazer “a obra” sobre o neoliberalismo não tem muita importância, mas sim a questão de avançarmos e nos apropriarmos do assunto.

Os referenciais teórico-metodológicos foram estabelecidos pela tentativa de se explicar a coerência do corpo teórico neoliberal, mas também a relação entre Estado, sociedade e capitalismo (política, sociedade e economia). Em relação ao primeiro, mesmo que consideremos a emergência das políticas neoliberais a partir do momento histórico em que obtiveram condições reais de serem implantadas, no que tange à teoria, o neoliberalismo é uma reformulação da não intervenção estatal, em resposta a um momento histórico específico, a queda do *laissez faire*.

Do ponto de vista neoliberal, os dois principais autores são Friedrich Von Hayek e Milton Friedman. De origens distintas, ambos tornaram-se colegas na Universidade de Chicago e participaram, desde o final da década de 1940, da Sociedade de Mont Pelerin.

A teoria neoliberal admite as determinações mútuas entre economia e política, no entanto, prega sua separação. Segundo Friedman (1988, p. 17):

Geralmente se acredita que política e economia constituem territórios separados, apresentando pouquíssimas inter-relações; que a liberdade individual é um problema político e o bem-estar material, um problema econômico; e que qualquer tipo de organização política pode ser combinado com qualquer tipo de organização econômica. [...] A tese deste capítulo é que um tal ponto de vista é puramente ilusório; que existe uma relação íntima entre economia e política. [...] a liberdade econômica é também um instrumento indispensável para a obtenção da liberdade política.

O que Friedman propõe é que a política e a economia devem ser separadas para que a política não influa na economia, ou não a condicione. A política é que deve ser condicionada pela economia. O Estado deve ser, no entanto, forte o bastante para regular as regras do mercado.

Retomando a obra *Pós-neoliberalismo*, observamos que Therborn (1996) destaca alguns fatos relativos ao “triângulo institucional do capitalismo”. Na segunda metade do século XIX, haveria, segundo seu ponto de vista, um certo equilíbrio entre os Estados, os mercados e as empresas. No capitalismo monopolista, as empresas conquistaram proeminência em relação aos outros dois pilares. Por sua vez, o capitalismo de bem-estar assistiu ao fortalecimento do Estado.

Sobre a fase neoliberal, surgem três aspectos. O primeiro é relativo à desindustrialização do mundo moderno, ou à diminuição do peso do emprego industrial nos países avançados. A partir da década de 1970, surgiu um novo tipo de relação entre os mercados e as empresas. O segundo aspecto diz respeito à tecnologia e novas modalidades de produção, as quais modificaram e fluidificaram aquela relação, introduzindo maior competitividade ao mercado (mercados mais fortes que as empresas). Em terceiro, esse fortalecimento dos mercados não é o de mercados quaisquer, mas dos mercados financeiros, além do fato de eles gerarem muito mais divisas que os Estados (mercados

mais fortes que os Estados). No entanto, Therborn (1996) não deixa de lembrar que em pleno período neoliberal, o tamanho do Estado, com seus programas sociais, ganhou uma magnitude difícil de se desmontar, o que tiraria o êxito do neoliberalismo.

Por outro lado, Anderson (1996) não nega as observações de Therborn, porém, observa que as idéias foram importantes para as mudanças políticas e sociais durante o século XX. Segundo ele, “não dá para escapar da teoria, pois ela guia a ação das pessoas em posições de comando nos países, elas tendo consciência disso ou não” (SADER, GENTILI, 1996, p. 148). E, apesar de concordar num ponto com Therborn, no que concerne ao suposto fracasso neoliberal em diminuir o papel do Estado, Anderson (1996) nos lembra as privatizações, as quais ocorreram com força, mesmo em paraísos da social-democracia, como a Alemanha, por exemplo.

Especificamente sobre a Grã-Bretanha na época de Thatcher, utilizei dois trabalhos escritos por anglo-saxões: *Thatcher and Thatcherism*, do historiador britânico Eric J. Evans, e *The Thatcher Revolution*, do historiador americano Earl Reitan. No primeiro, Evans (2004) faz um marco histórico do *thatcherismo*, focalizando Thatcher desde o início de sua carreira política, mas principalmente seu governo. No outro livro, Reitan (2003) analisa também as repercussões do *thatcherismo* nos governos posteriores, Major e Blair. Aqui preferimos não entrar em muitos detalhes sobre os dois livros, pois as teorizações e factuais expressas pelos autores aparecem ao longo do trabalho. São obras em grande parte descritivas, mas, por exemplo, a observação de Evans sobre a desigualdade gerada pelo *thatcherismo*, certamente possibilitou boa reflexão teórica.

A respeito das fontes utilizadas para o trabalho, utilizamos três tipos principais: uma já apresentada, ou seja, a bibliografia; uma seleção de documentos oficiais das Nações Unidas; outra série de documentos oficiais dos sítios eletrônicos www.margaretthatcher.org e www.nationalarchives.gov.uk.

A documentação da ONU é composta pelos catálogos anuais *Economic Survey of Europe*. Utilizei dois, o de 1964 e o de 1978. O objetivo foi buscar indicações do desempenho da economia britânica comparativamente a outros países europeus de relevância. Quais condições objetivaram o reflorescimento das idéias neoliberais na Grã-Bretanha? Foram notados aspectos importantes, como a baixa produtividade da indústria

britânica e a obsolescência dos equipamentos industriais. Além disso, foi notada uma diminuição dos gastos estatais ainda no governo trabalhista de James Callaghan (1976-79).

Quanto aos documentos do sítio eletrônico de Thatcher, tratam-se de atas de reuniões do partido conservador – planos e estratégias eleitorais, diretrizes partidárias, econômicas e recomendações escritas de como vincular-se aos eleitores. São minutas do *Shadow Cabinet*¹¹, comunicando idéias entre Thatcher e seus acessores, etc. Tais documentos referem-se ao período 1975-79, quando os trabalhistas governavam, mas também foram utilizados documentos de uma parte do período de governo de Thatcher, principalmente declarações públicas. Aqui, o objetivo foi verificar como as intenções e idéias políticas evoluem com os fatos e circunstâncias, ou seja, a instância política atuando no sistema econômico. Entretanto, também verificar o quanto realmente o Estado britânico atuou como neoliberal; o que fez ou deixou de fazer. Quanto ao sítio www.nationalarchives.gov.uk, o objetivo foi analisar o contexto de crise da Grã-Bretanha nos anos 70, já que esses documentos oficiais se estendem até 1978.

¹¹ Gabinete da oposição.

1 A ERA DE OURO: TENSÕES E DIVERSIDADE NOS PAÍSES CENTRAIS

A *Era de Ouro* ocidental, entre 1945 e 1973, é entendida como um período de prosperidade sem precedentes na história e de elevação no padrão de vida na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Essa prosperidade não era, na verdade, exclusiva desses dois lugares, pois foi um período de industrialização em alguns países da América Latina, na Europa Oriental e de urbanização sem precedentes na maior parte do mundo. Na Europa Ocidental, a prosperidade foi alavancada pelo fato de nenhuma potência poder se sobressair às outras e muito menos concorrer com os Estados Unidos, tanto economicamente quanto militarmente. A antiga concorrência imperialista foi substituída por um mercado comum aberto, já que os Estados Unidos precisavam exportar produtos e capitais, pois haviam acumulado desproporcionalmente um grande percentual da riqueza mundial. “As economias européias deviam seguir as recomendações americanas de flexibilizar seus mercados e suas políticas econômicas às novas tendências estruturadas a partir da lógica do sistema de acumulação dos Estados Unidos” (PADRÓS, 2000, p. 231). Mas, além do ocidente, havia a concorrência política da União Soviética, que por sua vez também alavancou as indústrias de base do leste europeu gerando também uma prosperidade sem precedentes nesse lugar, e que teve seu auge de crescimento durante a era Krushev, mesmo considerando sua futura estagnação a partir da década de 1970. A América Latina também prosperou, pelo menos em alguns casos, como no Brasil, por exemplo. O continente passou por um aumento da esfera estatal, principalmente no fomento à industrialização. Na década de 1960, esse desenvolvimento ocasionou conflitos políticos, devidos em grande parte à maturidade das classes proletárias, causando o colapso do consenso entre burguesia e operariado. No entanto, isso não será desenvolvido aqui. O que importa ressaltar são alguns sinais dissonantes deste período tido como de *ouro*, segundo enuncia parte da historiografia.

Primeiramente, como já destacado, aquela prosperidade era possibilitada pela liderança e, praticamente, monopólio político dos Estados Unidos¹². Se os capitais norte-americanos contribuíram para a recuperação e reconstrução européias, a superpotência era afetada duplamente pela emergência desses países e do Japão, cujos produtos passaram

¹² No Ocidente.

a ser importantes concorrentes. Isso num quadro em que os Estados Unidos não podiam recusar-lhes ajuda, sob o risco de perder espaço político para o movimento socialista. Outro ponto diz respeito ao fato dos Estados Unidos, como maior potência militar ocidental, deveriam arcar com eventuais custos para a manutenção do sistema. Além dos gastos normais devido à situação criada pela Guerra Fria, eles receberam uma guerra por procuração, a do Vietnã. Isso levou a gastos militares e desgastes políticos dentro da própria sociedade americana. Portanto, entre os sinais de esgotamento do sistema responsável pela emergência da *Era de Ouro*, a decadência relativa dos Estados Unidos foi um deles. O outro foi a decadência da Grã-Bretanha.

A Grã-Bretanha era o único dos grandes países de capitalismo avançado a entrar realmente em decadência, pois não possuía as possibilidades de amenizá-la como os Estados Unidos. De um modo geral, as classes trabalhadoras britânicas elevaram seu padrão de vida da mesma forma que nos outros países europeus de capitalismo desenvolvido, até mais que num país em ascensão como a Itália, por exemplo. No entanto, a decadência britânica ocorria pelo fato de que entregava seu império ao mercado mundial dominado pelos Estados Unidos e também à independência política, mas, principalmente porque era igualada ou ultrapassada pelos outros países de mesmo porte territorial e populacional, como a Alemanha Ocidental, a França e a Itália, sem contar o Japão. Isso não era propriamente um demérito britânico, pois não havia condições políticas de se manter à frente desses países, devido justamente à sua similaridade. Antes da Segunda Guerra Mundial, a França, por exemplo, mesmo com um imenso império, estava ainda sofrendo as conseqüências econômicas da Primeira Guerra e da crise da década de 1930, com um governo da Frente Popular sofrendo boicotes da direita. Itália e Alemanha tinham suas expansões limitadas por um mundo praticamente sem mercados a serem incorporados a seus impérios (a não ser a Etiópia pela Itália). E o Japão estava sob um estrangulamento econômico devido à falta de acesso a matérias-primas de base. No quadro acima descrito, a Grã-Bretanha apoiava-se em seu império a adiar seus problemas socioeconômicos. Após 1945 essas condições desapareceram, mas não repentinamente.

A Grã-Bretanha não viu seu império desmoronar totalmente até o início da década de 1960, tirando-lhe ainda grandes benefícios econômicos. Saiu da guerra endividada com os Estados Unidos, porém ainda possuía um rico comércio mundial a amortecer esse fato,

além da aliança com a Commonwealth. Seus concorrentes de igual porte demoraram pelo menos uns quinze anos até se recuperarem totalmente da guerra. O Japão envolveu-se durante alguns anos na questão da reforma agrária, além de ter sido ocupado militarmente pelos Estados Unidos até 1952. Em termos de estrutura produtiva e demográfica, ainda era um país amplamente ruralizado na década de 1950. A França também estava passando pela difícil situação da descolonização, com duas experiências traumáticas: Indochina e Argélia, as quais causaram grandes tensões políticas. A Itália, mesmo com seu “milagre econômico”, ainda era um país com fortes contrastes sócio-regionais, muito ruralizado e com altos índices de analfabetismo para os padrões europeus. Além disso, possuía fortes partidos de esquerda sem tanta disposição para o consenso, ao contrário do *Labour Party* britânico, por exemplo. Finalmente, a Alemanha, golpeada com a perda de parte de seu território (RDA), sofria também a ocupação militar e uma necessidade de reconstrução no pós-guerra mais dramática que os outros países europeus.

Dessa forma, o processo de decadência da Grã-Bretanha somente se acentuou a partir da crise de 1973, quando os fatores que a imunizavam desapareceram. Mesmo considerando que a crise de 1973 atingiu outros grandes países, a Grã-Bretanha foi, entre eles, o que mais sentiu. Como veremos através das estatísticas, esse país freqüentemente aparece num quadro pior, seja com perdas maiores de produção, de produtividade, na construção civil, nas exportações, formação de capital, etc. Conseqüentemente, entre maio de 1979, com a eleição dos conservadores para a liderança do parlamento, e 1985, com a derrota da greve mineira, além da desregulamentação quase total do mercado financeiro de Londres e as privatizações, a Grã-Bretanha passou a ser, de fato, a pátria original do neoliberalismo.

Dessa forma, Grã-Bretanha e Estados Unidos possuíam algumas peculiaridades na chamada *Era de Ouro* que os tornam lugares centrais para o estudo do neoliberalismo. Não por acaso, é nesses dois países onde o neoconservadorismo ocidental se instalou primeiro.

1.1 APROXIMAÇÃO ÀS DIFICULDADES ESTRUTURAIS DA GRÃ-BRETANHA

Não obstante as observações anteriormente descritas, temos que ter o devido cuidado para não cometermos erros que poderiam comprometer a pesquisa. O mais grave seria subestimar o papel norteamericano na economia mundial, pois mesmo com as diversas crises após o final dos anos 60, sua hegemonia, frente mesmo a países de economia vigorosa, era incontestável. É de importância relativa o fato dos Estados Unidos terem paulatinamente se tornado importadores da Europa Ocidental e do Japão. Outro erro seria exagerar a fraqueza britânica em relação às outras três grandes potências europeias, Alemanha Ocidental, França e Itália. Na verdade, a Itália se tornou extremamente instável entre 1968 e os anos 80, basta ter em conta as greves de 1969 e o assassinato de Aldo Moro, nove anos depois. Quanto à França, passou por diversas crises políticas desde o final da segunda grande guerra, viu greves operárias se multiplicarem por volta de 1967, culminando com os movimentos de contestação de 1968. Finalmente, em 1982, Mitterrand teve de aderir ao mercado financeiro desregulamentado. Neste trabalho, temos consciência plena de que o capitalismo possui elementos de instabilidade, e isso é amplamente mostrado historicamente. Portanto, mesmo em meio à prosperidade, a regra é o conflito. Seria errôneo, então, atribuir a ascensão do neoliberalismo na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos à alguma “fraqueza”, a qual supostamente não estaria ocorrendo nas outras potências. Possuíam sim, problemas específicos, mas não “mais” problemas que outros países.

Mas, por que então devemos ter uma atenção especial ao falar dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha? Primeiro, porque os Estados Unidos foram os grandes provedores da *Era de Ouro*. Sem sua liderança política não teríamos a estabilidade na Europa Ocidental necessária para o crescimento econômico, além dos investimentos. “Quarenta por cento dos investimentos diretos na Alemanha, França e Grã-Bretanha provêm de três empresas – americanas”. (CHOMSKY, 2007 [1970], p. 43). Além disso, qualquer problema relacionado ao câmbio internacional seria certamente um problema relacionado ao dólar, como os fatos durante o governo Nixon demonstraram. Por outro lado, a Grã-Bretanha, além dos apontamentos feitos na introdução, é a pátria mãe do individualismo econômico, do liberalismo, e essa característica cultural não pode ser subestimada. Privatizações na

Alemanha e na França, por exemplo, foram menos comuns. Quanto ao papel do Estado, esse foi fundamental para a unificação nacional da Itália e da Alemanha, por exemplo.

1.2 O ESTADO KEYNESIANO E SUAS ESPECIFICIDADES AMERICANAS

Primeiramente, utilizando as teorizações de John Kenneth Galbraith, faremos um breve mapeamento de como funcionava o keynesianismo. Escolhi Galbraith (1978) porque ele utiliza como exemplo os Estados Unidos. Como já destacado anteriormente, o sistema dominante entre 1945 e a década de 1970 é ininteligível se não tivermos em conta esse país, nunca deixando de lembrar que nosso exemplo principal ao longo do trabalho é a Grã-Bretanha.

A crise que surgiu para o mundo ocidental no final de 1973 foi seguida por diversas outras crises ao longo dos anos, por exemplo, o segundo choque do petróleo em 1979, o perigo de insolvência dos bancos novaiorquinos em 1982, a crise financeira de 1987, etc. Mas, na verdade, não era isolada do mundo formado anteriormente. O sistema baseado na planificação estatal possuía algumas contradições que se tornaram impossíveis de serem resolvidas apenas pelo keynesianismo. Esse sistema só poderia funcionar pressupondo-se o crescimento constante, pois, como afirma Galbraith (1978), ele é baseado no crescimento, o que implica aumento de produtividade, controle da demanda pelo Estado, patrocínio e financiamento desse à educação e pesquisa.

Para Galbraith (1978), a linha que separa o setor privado do setor público é quase inexistente. Claro que isso é questionável, e mereceria um estudo ou uma refutação à parte. No entanto, a *res-publica* não deixa de ser, em grande medida, lugar de manifestação do interesse privado¹³. Ele define essa união entre Estado e empresas como *Sistema de Planejamento*¹⁴, aliás, seria a forma econômica do já citado *Novo Estado Industrial*. Em sua teorização, o planejamento seria uma necessidade de uma matriz industrial que passou a lidar com um desenvolvimento tecnológico e outros fatores complexos arriscados demais

¹³ Esse interesse privado, nunca devemos esquecer, em determinadas ocasiões aparece com uma máscara de coletividade. Por exemplo, quando as empresas reivindicam algo do governo, frequentemente o fazem em bloco e em nome da classe de produtores, ou empreendedores. Um exemplo: em fins de 2008 e início de 2009, a GM, a Ford e a Chrysler foram até Washington pedir auxílio **juntas**.

¹⁴ O que Galbraith define como *sistema de planejamento* é, na verdade, todo o corpo administrativo de países altamente industrializados. Inclui as relações entre as empresas e o Estado.

para serem deixados aos caprichos do mercado. Fazem parte do sistema precisamente: oferta abundante de capital, financiamento de pesquisas e desenvolvimento, crescimento constante, controle de preços, controle da demanda específica, controle da demanda agregada, educação e treinamento de mão-de-obra. Todos esses elementos precisam de estabilidade para o sistema funcionar. A estabilidade só pode ocorrer na medida em que o mercado é substituído pelo planejamento. Esse requer a eliminação da concorrência, a qual fica restrita à parte da economia onde ainda predomina a empresa individual e, por conseguinte, baixa tecnologia. Isso corresponde à parte minoritária da economia ocidental contemporânea, em termos de ativos.

No final de 1974, as 200 maiores empresas industriais dos Estados Unidos – 1/10 de 1% de todas as indústrias – tinham dois terços de todo o ativo empregado na produção industrial, e mais de 3/5 de todas as vendas, empregos e renda líquida. Tal concentração não só é elevada, como se intensifica rapidamente. No final de 1974, a participação das 200 maiores em vendas, empregos e ativo era maior do que a das 500 em 1955! [...] Também é de conhecimento geral que mudou a relação do Estado com a economia. Os serviços federais, estaduais e municipais representam agora aproximadamente entre 1/5 e 1/4 (em 1976, 22%) de toda atividade econômica. Em 1929, eram cerca de 8%. (GALBRAITH, 1978, p. 13-14)

Entre 1955 e 1974, dezenove anos, portanto, a participação das duzentas maiores empresas mais que dobrou, pois essas eliminaram das estatísticas outras trezentas. Essa concentração foi basicamente o resultado da eliminação ou absorção de empresas que pertenciam em parte, em sua estrutura e tecnologia, ao tempo da empresa individual, dominada ainda pelo dono ou acionista majoritário. Novas tecnologias e os custos decorrentes, além do tempo necessário para o desenvolvimento de projetos sofisticados, exigem que tanto o consumidor quanto o Estado se acomodem às exigências das novas tecnoestruturas (ver nota 9). Não podem haver custos decorrentes de um projeto que demora anos para chegar ao mercado, sem que esse não seja substituído pela certeza das vendas. Esse é o cerne do planejamento de que fala Galbraith (1978). Mas o Estado não é passivo a tudo isso, pois, mesmo acomodado às exigências do planejamento, o que houve foi uma coincidência de objetivos. O Estado financia a tecnologia, a educação da mão-de-

obra especializada, garante a estabilidade política, mas obtém serviços valiosos das empresas, principalmente a garantia da defesa nacional, pela aquisição de armas, sem falar no crescimento, o qual gera prestígio e legitimidade para o governo em questão. As empresas fornecem o crescimento que garante a estabilidade e prestígio para os tecnocratas, tanto da administração pública quanto das próprias empresas e, como é evidente no caso da indústria militar, o armamento para a defesa do próprio Estado.

No sistema keynesiano, outro fator fundamental do capitalismo, o trabalho, ganha importância através do sindicato. Esse, além de representar a classe trabalhadora nos setores mais expressivos e fundamentais da economia, cumpre um papel privilegiado de garantia para o sistema. Efetivamente, cabe a ele garantir que as demandas dos trabalhadores estejam de acordo com os objetivos do sistema. O sindicato leva as reivindicações trabalhistas, principalmente a questão salarial, para o âmbito da regulação estatal¹⁵, contribuindo para o planejamento. Os sindicatos se tornaram, ao longo do *sistema de planejamento*, menos militantes e menos poderosos, com as negociações tramitando de forma mais pacífica do que nos tempos da empresa individual. Já que o objetivo principal do planejamento era o crescimento, gerando emprego e propiciando boas negociações entre o sindicato e a tecnoestrutura, os objetivos da classe trabalhadora¹⁶ passaram paulatinamente a coincidir com os das empresas (GALBRAITH, 1978).

Acima fizemos um breve comentário sobre as linhas básicas do keynesianismo em seu exemplo maior (Estados Unidos). Voltaremos agora para alguns aspectos do sistema econômico do pós-guerra do outro lado do Atlântico.

¹⁵ Aqui temos que fazer uma ressalva cautelosa. Pois houve, ao longo do sistema keynesiano, muitas diferenças entre as potências capitalistas, principalmente no que diz respeito à organização de patrões, dos empregados e do nível de penetração do Estado nas negociações. No caso da Grã-Bretanha, veremos que isso foi motivo de vigorosa resistência sindical, a partir do primeiro governo Harold Wilson (1964-70).

¹⁶ Nos referimos à classe trabalhadora que fazia parte da tecnoestrutura, ou seja, os profissionais especializados.

1.3 OS PROBLEMAS BRITÂNICOS NO CENÁRIO ANTERIOR À CRISE

Como já exposto, tentaremos agora observar como esse sistema, brevemente analisado no item anterior, atuou no caso em estudo, a Grã-Bretanha. Além da documentação oficial das Nações Unidas, também utilizamos documentação oficial do governo britânico. Sempre enfatizando que nosso recorte temporal é posterior (a partir da crise do petróleo), devemos, no entanto, estudar seus antecedentes. Começaremos com o *Economic Survey of Europe in 1964*:

Recentemente o maior problema foi a emergência de um pesado e inédito *deficit* na balança de pagamentos do Reino Unido [...] Reconciliar crescimento sustentado com sua recorrente fraqueza na balança de pagamentos é um dos três maiores problemas políticoeconômicos dentro da Europa Ocidental. A curto prazo, parece que a necessidade urgente de corrigir o *deficit* externo forçará uma limitação na demanda interna, e portanto, nas importações, mesmo ao custo da redução da taxa de crescimento. Mas o problema mais importante para a política britânica é encontrar maneiras de aumentar permanentemente a propensão a exportar, da qual depende a perspectiva de rápido crescimento. Os outros dois grandes problemas políticos são relativos à França e Itália encontrarem uma maneira de recuperar o crescimento econômico sem dar origem à retomada da inflação e sem prejudicar seus objetivos de longo prazo de melhorar sua estrutura econômica e padrão de vida¹⁷ (UNITED NATIONS, 1965, Capítulo II, p. 19).

O início da citação deixa claro que a Grã-Bretanha era um ponto chave dos problemas econômicos da Europa. Se compararmos com o final da mesma citação, na qual aparecem problemas relacionados à França e à Itália, veremos que há uma importante diferença: enquanto nesses últimos o problema era crescer sem inflação¹⁸, para os

¹⁷ (Todas as traduções desse trabalho são nossas) The major new disturbance was the emergence of an unprecedentedly heavy deficit in the balance of payments of the United Kingdom [...]

To reconcile sustained economic growth in the United Kingdom with the recurring weakness of the balance of payments is one of the three biggest problems of economic policy within western Europe. For the short term, it appears that urgent need for a correction of the external deficit will force restraint on domestic demand, and thus on imports, even at the cost of reducing the growth rate. But the more important problem for British policy is to find ways of increasing permanently the propensity to export, on which the prospect for faster growth depends. The other two big policy problems are for France and Italy to find ways of resuming economic growth without giving rise to renewed inflation and without impairing their long-term objectives for improving the structure and pattern of economic life.

¹⁸ Isso iria mudar na década de 1970, quando todos os países ocidentais precisaram enfrentar a inflação.

britânicos, o problema era crescer sem aumentar as importações. Hobsbawm (2003 [1968]) na época já apontava problemas graves, como o fato de a Grã-Bretanha ter se colocado como receptora do intercâmbio cultural e comercial do mundo como, por exemplo, sua falta de capacidade em acompanhar novas tendências na indústria, tornando-se importadora de itens de consumo. Se, como diz a fonte, eles (britânicos) precisavam aumentar a propensão a exportar, era em grande parte devido à sua baixa produtividade relativa e em grande parte à obsolescência de equipamentos.

No mesmo documento das Nações Unidas (1965, p. 5), alguns dados relativos ao desemprego, ganhos nas indústrias e produtividade confirmam também uma evolução britânica problemática. Entre 1953 e 1958, o desemprego apresentava-se, em média, da seguinte forma entre os quatro grandes (milhares de desempregados – média anual): 134 mil na França, 350 mil na Grã-Bretanha, 919 mil na Alemanha Ocidental e 1565 mil na Itália. Entre 1959 e 1964: 113 mil na França, 224 mil na Alemanha Ocidental, 468 mil na Grã-Bretanha e 721 mil na Itália.

Em ganhos percentuais na indústria, por hora trabalhada, entre 1953 e 1958 temos: 9% França; 6,5% Alemanha Ocidental; 6,0% Grã-Bretanha; 4,6% Itália. Entre 1959 e 1964: 10,7% Itália; 9,3% Alemanha Ocidental; 8,2% França; 6,0% Grã-Bretanha.

Finalmente, em relação à mudança média anual de produtividade, temos, entre 1953 e 1958: 7,2% França; 6,3% Alemanha Ocidental; 5,6% Itália; 2,5% Grã-Bretanha. Entre 1959 e 1964: 7,1% Alemanha Ocidental; 5,6% Itália; 5,4% França; 3,2% Grã-Bretanha.

Esses números, embora não sejam toda a verdade, não podem ser menosprezados. O período entre 1953 e 1964 está inserido na plenitude da *Era de Ouro*, e é evidente que, em alguns aspectos, a Grã-Bretanha estava num descompasso em relação à regra ocidental.

Segundo Harvey (2007), o leque de ações que os governos encontravam para aumentar sua base fiscal era limitado, pois seria necessário aumentar a produtividade, aumentar os impostos ou emitir moeda. A primeira iria gerar dispensa de mão-de-obra, o que descontentaria os sindicatos. Aumentos de impostos iriam causar um amplo descontentamento social. Restava a impressão de moeda, o que acabaria em inflação. Para a Grã-Bretanha, como demonstrado no comparativo de produtividade, isso era um problema adicional, pois sua indústria havia perdido o poder de renovação, como aponta o jornalista Vermont Royster (1976, p, 44):

Com poucas exceções, o equipamento material das indústrias britânicas está decrépito. Suas aciarias e fábricas de automóveis estão tentando remediar-se com maquinaria antiquada e gasta. Poucas de suas indústrias podem competir, seja com seus parceiros do Mercado Comum, seja com o resto do mundo industrial. [...] Tony Benn, outrora ministro da indústria, podia dizer (e com muita propriedade) que a indústria britânica está definhando por falta de capitais.

Esse artigo, do *Wall Street Journal*, mas reproduzido aqui a partir da *Reader's Digest*, não obstante ser já da década de 1970, possui uma amplitude suficiente para descrevermos uma duração maior dos problemas britânicos. Pois uma indústria não definha por falta de capitais em apenas meia década. Pode ainda ser reforçado por alguns números significativos, mais uma vez do *Economic Survey of Europe* (1965, p. 42).

Nos dados relativos a exportações e importações, entre 1963 e 1964, a Grã-Bretanha exportou 1.117 milhões de dólares em equipamentos industriais para países em desenvolvimento, enquanto a CEE¹⁹ exportou, para os mesmos países, 1.935 milhões de dólares. Isso é significativo pois, naquela época havia uma industrialização intensa no então chamado Terceiro Mundo, e essa industrialização era feita principalmente com equipamento ultrapassado. Pode-se notar que a proporção britânica é imensa, considerando que o valor exportado pela CEE corresponde a vários países juntos, incluindo os outros três grandes. Na mesma página, pode-se ainda observar que, quando este tipo de exportação ocorreu para outros países desenvolvidos, o valor da CEE é mais do que quatro vezes a britânica. Quanto às importações, a Grã-Bretanha comprou de outros países desenvolvidos 1.048 milhões de dólares, contra 6.063 milhões da CEE; de países do Terceiro Mundo, a Grã-Bretanha importou cerca de três vezes mais do que a CEE (UNITED NATIONS, 1965, Capítulo II, p. 42).

Realizamos nos parágrafos anteriores uma interpretação de números em boa medida estáticos, mas não desprezíveis. Em relação aos últimos, considerando que a Grã-Bretanha exportava bens de capital numa proporção modesta para países desenvolvidos, e importava pouca tecnologia daqueles países, pode significar que a tecnologia britânica estava sendo pouco procurada. Ao mesmo tempo, os britânicos adquiriam pouca tecnologia avançada. Algo parecido ocorria em relação aos bens acabados. A Grã-Bretanha exportou 3.521

¹⁹ Comunidade Econômica Européia.

milhões e importou 3.061 milhões; a CEE exportou 14.062 milhões e importou 10.686 milhões. Novamente, desvantagem britânica (UNITED NATIONS, 1965, Capítulo II, p. 42).

Fazendo uma relação desses dados com a afirmação de que o Estado keynesiano aumentava sua base fiscal através da emissão de moeda e aumento da produtividade na indústria, veremos que, pelo menos em relação à segunda medida, a Grã-Bretanha estava com as mãos atadas. Sua situação não permitia aumentar a produtividade, devido à tecnologia obsoleta, e também para evitar descontentamentos operários. Além disso, os aumentos dos investimentos também eram cada vez menos viáveis, criando um ambiente favorável ao descontentamento popular e sindical. A falta de capitais de que fala Royster (1976, p. 44), não permitia a modernização da indústria, a qual só iria acontecer sob o neoliberalismo, com capitais estrangeiros (RIBEIRO, 1997).

Ainda no final da década de 1960, o governo britânico (trabalhista) já tentava adotar medidas heterodoxas em relação ao keynesianismo. Na impossibilidade do país aumentar a base fiscal por aumento da produção e produtividade, aumentou-se impostos para o capital (aumento do imposto para combustível industrial). Da mesma forma, retiraram-se isenções de impostos para as exportações²⁰ e reduziram-se investimentos públicos. Esse enfraquecimento da indústria nacional teria de ter sua contrapartida na redução de importações, mas sem sucesso, pois, com a falta de capacidade de inovação da indústria britânica, o país passou a importar produtos eletrônicos japoneses, produtos domésticos italianos (máquina de escrever, de café e motos, por exemplo), etc. (HOBSBAWM, 2003). Finalmente, ao restringir a demanda interna, como exposto no documento da página 23, além da desvalorização da libra em 1967, o governo tentava frear essas importações.

²⁰ Lembrando-se da fonte da UN, a qual diz que a política britânica deveria fazer o contrário, ou seja, incentivar as exportações.

2 A GRÃ-BRETANHA NA DÉCADA DE 1970

2.1 OS FATORES ECONÔMICOS DA CRISE

O capítulo anterior foi realizado com a intenção de observarmos brevemente duas coisas. Por um lado, as linhas básicas do sistema keynesiano, utilizando para isso seu exemplo clássico, os Estados Unidos. Por outro lado, como ele operava na Grã-Bretanha. Mas, é principalmente na década de 1970 que devemos enfatizar nossas observações.

A crise dessa década afetou de diferentes formas cada um dos estados-nação. É na maneira inserida e no papel de cada um no sistema de produção e circulação de mercadorias que encontramos suas características específicas. Sobre a Grã-Bretanha, suas características econômicas mais gerais já foram levantadas anteriormente. Veremos agora como elas se desdobraram. Reproduzimos abaixo um memorando do gabinete trabalhista de James Callaghan, o qual foi primeiro ministro entre 1976 e 1979:

O gabinete, em seu último encontro, concordou que não há motivações econômicas justificando medidas deflacionárias; mas concordou que alguma redução no déficit (PSBR) seria necessária para alcançarmos um acordo com o FMI, para assim obtermos o empréstimo necessário para ser utilizado nos próximos 12 meses. O governo ficou sujeito a duas restrições: por um lado, teve de satisfazer o FMI, e talvez mais importante, satisfazer os mercados, pois a menos que isso fosse feito, mesmo um acordo com o FMI seria de pouco valor; por outro lado, foi necessário chegar a um pacote pelo qual o governo pudesse atrair apoio de seu próprio partido e da Câmara dos Comuns²¹.

(UNITED KINGDOM, 1976, Chapter 3, p. 2).

O documento mostra alguns aspectos interessantes sobre os problemas econômicos enfrentados pela Grã-Bretanha na época. Por exemplo, o país devia reduzir o déficit, no

²¹ The Cabinet had, at their last meeting, broadly agreed that there were no economic grounds justifying large deflationary moves; but there had been some support for the view that some reduction in the PSBR would be necessary to reach an agreement with the IMF and thus obtain the loan which was needed to get through the next 12 months. The Government were subject to two constraints: on the one hand it was necessary to satisfy the IMF, and perhaps more important to satisfy the markets, since unless this were done even an agreement with the IMF would be of little value: on the other hand, there was the need to arrive at the package for which the Government could command support in their own Party and in the House of Commons.

entanto, isso significava diminuir o investimento e, por conseguinte, a capacidade de renovação da indústria. É exemplar porque de certa forma resume os problemas britânicos na economia e até mesmo na política, ao ter que “agradar o FMI, os mercados, a base partidária e a Câmara dos Comuns”. Diminuir a capacidade de investimentos e ao mesmo tempo agradar aos mercados significava continuar importando produtos estrangeiros de melhor qualidade. Segundo Hobsbawm (2003, p. 299) referindo-se àquela época “as mais típicas máquinas usadas pelos não-especialistas não são britânicas”. Ou ainda “a máquina de fazer café, a motoneta e a máquina de escrever foram revitalizadas, como tantos outros artigos do equipamento cotidiano, pela Itália de pós-guerra; o rádio e a máquina fotográfica [...] pelos japoneses” (HOBSBAWM, 2003, p. 300).

O aumento dos preços das *commodities*²² (principalmente o petróleo), na década de 1970, afetou especialmente a Grã-Bretanha, pois já vinha ocorrendo nesse país uma baixa produtividade industrial desde o início da década de 1960. Lembremos que nessa época o país havia perdido a maior parte de suas colônias, dificultando o acesso a matérias-primas, além da perda de mercados. Ainda segundo Hobsbawm (2003, p. 294):

“[...] talvez nem devêssemos falar de um declínio da Grã-Bretanha, pois parte desse declínio seria simplesmente o reflexo de uma mudança geral e global, e outra parte a mera – quase tautológica – afirmação de que um mundo plenamente industrializado forçosamente declinaria a parcela daquela que um dia foi a única economia industrial.”

O historiador britânico mostra que, em grande parte, não era somente uma decadência britânica que estava em jogo, pois era uma decadência relativa a um novo mundo que também crescia e se desenvolvia. Na Grã-Bretanha pioneira da industrialização, e com uma classe operária também pioneira na luta sindical, o trabalho se tornou caro e pouco produtivo (ver citação acima), principalmente após a II Guerra Mundial. E a matéria-prima – em grande parte importada – também se tornou cara, devido à crise desencadeada pelo choque do petróleo e conseqüente inflação. Os fortes sindicatos também pressionavam constantemente através de greves, exigindo aumentos salariais, reforçando a estagnação²³.

O país não conseguia crescer devido aos fatores citados, mas também em função dos

²² Produto básico cujo preço é determinado pelo mercado internacional.

²³ Estagnação e inflação após 1973.

aumentos salariais serem utilizados em produtos importados, baratos e de melhor qualidade, como citado anteriormente, por Hobsbawm. Isso reforçava o déficit de que fala o documento, contribuindo grandemente para a necessidade do pedido de empréstimo de 3,9 bilhões de dólares ao FMI. Aqui, é necessário relacionar determinados pontos de vista de alguns teóricos importantes. Retomando, mais uma vez, a obra *Pós-neoliberalismo*, uma das questões levantadas diz respeito à própria conceituação de neoliberalismo. Dentre os autores da obra, Therborn (1996) é o que enfatiza que foram as mudanças nas relações dentro do triângulo institucional do capitalismo, mercado, estado e empresa privada que tornaram possível a emergência do neoliberalismo. Ele tem, na verdade, uma visão um tanto institucionalista do processo, acreditando que o neoliberalismo não chega a ser um projeto coerente. Pois, dadas as práticas de política econômica dos regimes neoliberais, ele é mais uma *praxis* do que um *logos*. Em certo sentido, isso é uma concordância teórica de que o neoliberalismo poderia ter começado já com James Callaghan na Grã-Bretanha, como veremos mais adiante.

Retomando a questão do FMI, sabemos, pela experiência de países devedores, que a principal exigência do órgão financeiro é a redução do déficit, para melhorar o equilíbrio das contas, sem necessariamente haver preocupações sociais em jogo. No documento do Partido Trabalhista, há a demonstração de certa hesitação quanto à redução no déficit, sem deixar de observar as limitações de sua autonomia. A Grã-Bretanha teve de atender as recomendações do FMI e aos mercados, e no que concerne a esse último, lembramos mais uma vez que o país dependia em grande parte de importações, tanto de matérias-primas quanto de produtos novos e sofisticados. Isso é reforçado pelo documento do *Economic Survey of Europe* reproduzido a seguir, com dados que reforçam a difícil situação do país:

O decréscimo na balança de comércio real foi, portanto, devido inteiramente às manufaturas. As exportações cresceram somente 2,5 por cento, enquanto as importações de produtos químicos cresceram 24 por cento, semimanufaturados 11,5 por cento e manufaturados 15 por cento²⁴
(UNITED NATIONS, 1979, Chapter I, p. 33).

²⁴ The decrease in the real trade balance was therefore attributable entirely to manufactures, exports rising by only 2,5 per cent while imports of chemicals increased by 24 per cent, semi-manufactures by 11,5 per cent and finished manufactures by 15 per cent.

Para nosso objetivo, consideramos que o mais importante é destacar que mesmo antes do governo Thatcher, algumas medidas que caracterizam o neoliberalismo já estavam desenhadas, inclusive, como demonstrado abaixo, o monetarismo.

Uma das mais importantes mudanças na política macroeconômica em anos recentes tem sido a maior ênfase na política monetária [...] [...] o principal papel da política de rendas é ajudar a reduzir o efeito na produção e emprego e aumentar o impacto na inflação de um dado grau de restrição monetária, de acordo com o que as autoridades têm julgado necessário. Isso [...] tem sido discutido mais explicitamente no Reino Unido por todo o ano de 1978²⁵ (UNITED NATIONS, 1979, Chapter I, p. 23).

Nas observações do memorando citado na página 27 e no documento acima, os indícios do neoliberalismo estão suficientemente claros. Já havia altas taxas de juros para reduzir o déficit nacional, além das medidas impostas pelo FMI como condição para o empréstimo pedido.

Uma questão importante é: por que o neoliberalismo pleno não foi realizado antes de 1979, já que em boa parte o Partido Trabalhista já o praticava? A economia não pode esclarecer a questão por si mesma. Temos aí instâncias históricas, políticas e sociais, além das econômicas. Continuando nosso apoio teórico na discussão contida em *Pós-neoliberalismo*, se Therborn (1996) centra o foco da análise na estrutura econômica em mutação, Anderson (1996) diverge, destacando o fator ideológico. Ele não nega a importância estrutural, no entanto nega que o neoliberalismo seja uma idéia pouco coerente. Seu principal respaldo, aliás, também não deixa de ser estrutural. Por um lado, Anderson reconhece a importância das idéias para as mudanças políticas e sociais no século XX. Por exemplo, citando Keynes, “quando um administrador pensa estar agindo de acordo com o senso comum está na verdade implementando idéias de algum economista falecido” (KEYNES, apud SADER, GENTILI, 1996, p. 148). Mas, ao mesmo tempo em que destaca a importância ideológica, também aponta para outros fatores, como o crescente papel provocado pela escolarização em massa do pós-guerra. Essa massificação acabou

²⁵ One of the most important changes in macro-economic policy in recent years has been the greater emphasis placed on monetary policy [...] the principal role of incomes policy is to help reduce the effect on output and employment and to increase the impact on inflation of a given degree of monetary restriction which the authorities have judged necessary. This [...] has perhaps been argued most explicitly in the United Kingdom throughout 1978 [...]

aumentando enormemente o número de economistas e os cargos governamentais por eles ocupados. Isso é ideológico e ao mesmo tempo estrutural. Ele completa afirmando o fato de que grandes personalidades, como Roberto Campos e Fernando Henrique Cardoso, conheceram Hayek e Friedman. No caso britânico, não havia ainda (antes de 1979) um discurso ideológico a favor do monetarismo ou de qualquer outra medida próxima do neoliberalismo, ao menos por parte dos trabalhistas. Havia, isso sim, era uma série de medidas práticas relacionadas às exigências do FMI e na relação entre o Estado e a economia, de certa forma dando razão ao que Therborn destacou.

Os argumentos de Therborn e Anderson são complementares. E os fatos destacados colaboram com os dois. Não se pode dizer que um está mais correto que o outro, apenas que suas conceituações de neoliberalismo são distintas. Retomaremos esse debate posteriormente, ao falarmos das questões sociais. Nos voltaremos agora para os aspectos políticos do problema.

2.2 A DINÂMICA POLÍTICA

Os fatores políticos, apesar de não serem isolados dos outros, possuem um papel importante nesse trabalho, na medida em que as articulações entre o Partido Trabalhista e os sindicatos, além do papel do Partido Conservador com Thatcher no comando, foram decisivos na virada eleitoral em maio de 1979.

Em 1964, os trabalhistas, que desde 1952 estavam na oposição, foram eleitos, sob a liderança de Harold Wilson. Nessa época, como foi visto, o país começava a sofrer um processo de desgaste, com a produtividade em queda e com ataques especulativos contra a Libra. Como consequência, em 1967, o governo desvaloriza a moeda e, face à baixa produtividade industrial, tenta modificar as relações trabalhistas, como veremos adiante. Em 1970, os trabalhistas são derrotados nas eleições, cedendo o comando do país ao gabinete conservador de Edward Heath. Seu governo se estende até 1974, e é substituído por Harold Wilson, mais uma vez no poder. Esse, por sua vez, cede lugar ao também trabalhista James Callaghan em 1976, o qual é derrotado em maio de 1979 por Margaret Thatcher.

Não é demais lembrar, muito do que ocorreu na década de 1970 era um desdobramento do que ocorrera na década anterior. Mesmo considerando o auge da crise que provocou o pedido de empréstimo ao FMI ter ocorrido em 1975-76, no âmbito político, os problemas já se arrastavam pelo menos desde 1967-68.

Não havia ainda, antes de Thatcher, o debate interpartidário entre trabalhistas e neoliberais; o que havia era uma tentativa de enquadrar os movimentos da classe operária dentro dos liames jurídicos. O objetivo era acabar com greves não-oficiais e diminuir o poder dos comissários de fábrica (*shop stewards* em inglês)²⁶. Isso seria alcançado permitindo greves somente após um pleito, ou uma votação, entre trabalhadores, instituindo o voto secreto. Os trabalhadores deveriam votar se desejavam ou não a realização de uma greve, diminuindo o poder das lideranças e dos militantes. No entanto, a proposta foi derrotada por pressão dos sindicatos, e também – principalmente – pela esquerda do Partido Trabalhista, liderada por James Callaghan²⁷ (REITAN, 2003). Essa cisão interna do Partido Trabalhista, em grande parte contribuiu para sua derrota eleitoral frente ao gabinete de Edward Heath (Partido Conservador) em 1970. Lembremos que, nessa época, o Partido Conservador ainda não possuía o discurso neoliberal, e um percentual expressivo dos trabalhadores sindicalizados eram eleitores dos conservadores.

No entanto, mesmo sem a ideologia neoliberal, Heath era um defensor do livre-mercado e um crítico das práticas econômicas keynesianas. Isso o levou a defender a entrada da Grã-Bretanha na Comunidade Econômica Européia. “O manifesto de eleição Conservador mostrou a influência de novas idéias, propondo baixos impostos, eliminação de muitas regulamentações, limitação do poder dos sindicatos²⁸ [...]” (REITAN, 2003, p. 10). O governo Heath via na entrada britânica na CEE um acesso livre a um imenso mercado. Deve-se lembrar que a saída de De Gaulle da cena política européia abriu caminho para a entrada da Grã-Bretanha na CEE. Algumas medidas liberais foram tomadas, antecipando o que Thatcher faria a partir de 1979. No entanto, como destacado anteriormente, face à baixa produtividade britânica, o consumo de produtos importados aumentou, e diante de uma indústria cuja produção era baixa e os salários altos, o resultado foi a inflação. O governo foi então obrigado a voltar a uma economia controlada. Tentando

²⁶ Líderes militantes de “chão de fábrica”. Faziam a intermediação entre os trabalhadores e o Sindicato.

²⁷ Essa proposta ocorreu em 1968, no governo trabalhista de Harold Wilson.

²⁸ The Conservative election manifesto showed the influence of the new ideas by proposing lower taxes, elimination of many regulations, limitation of trade union power [...]

modernizar a indústria, visando torná-la produtiva, os conservadores também conseguiram aprovar o *Industrial Relations Act* (Decreto de Relações Industriais), o qual, assim como tentara Wilson em 1968, trouxe as relações trabalhistas para a esfera jurídica²⁹, diminuindo o papel da greve como um ato político. O TUC, ou *Trades Union Congress* (Congresso dos Sindicatos), devido à desunião e impasses entre sua liderança, acabou aceitando a medida governamental.

O TUC, na verdade, não havia aceitado num primeiro momento. Desde 1970, as lideranças locais pediam um mínimo de trinta libras semanais de salário, mas o governo considerou o valor muito alto. Além disso, o *Industrial Relations Act* determinava que as greves das diferentes categorias perderiam sua imunidade jurídica se essas (e seus membros individualmente) não se registrassem no *Register of Trade Unions and Employer's Associations* (Registro dos Sindicatos e Associações de Empregadores). No entanto, era um ato voluntário, tanto para os sindicatos quanto para os trabalhadores. Dependia de cooperação mais do que do poder estatal³⁰.

Em 1972, o TUC convocou os trabalhadores que haviam se registrado a voltar atrás, mas muitos sindicatos não responderam a esse apelo. Os mineiros, apoiados por motoristas de caminhões e ferroviários, fizeram várias greves, mas Heath não revogou o *Act*. Em fevereiro de 1974, após o governo ter recusado um aumento nos salários dos trabalhadores das minas de carvão, a União Nacional dos Mineiros (NUM, *National Union of Mineworkers*, em inglês) respondeu com a recusa em fazer horas extras (era a época da crise energética devido ao embargo do petróleo, e isso em pleno inverno). Novamente, foram apoiados por outras categorias: além dos ferroviários, também receberam apoio dos trabalhadores do setor elétrico. Desta vez, o governo conservador decretou estado de emergência, com racionamentos de vários tipos. Os mineiros responderam com uma greve geral e Heath então convocou eleições, ganhas pelos trabalhistas em 4 de março de 1974.

Tentaremos agora relacionar os fatos acima, tanto a derrota trabalhista em 1970 quanto a conservadora em 1974, com alguns pontos de vista importantes para compreendermos o empírico pelo teórico. Os processos políticos descritos acima dizem respeito, historicamente, à emergência de um novo tipo de sociedade. Não havia algo

²⁹ Uma greve só seria legal se, por voto secreto, a maioria dos trabalhadores a aprovassem.

³⁰ UNITED KINGDOM. *Industrial Unrest*. [S.l.], [entre 2005 e 2009]. Disponível em: <<http://www.nationalarchives.gov.uk/cabinetpapers/themes/industrial-unrest.htm>>. Acesso em 30 jul. 2009.

parecido antes do final do primeiro governo Wilson (por volta de 1967 até 1970). Parece haver um ponto de clivagem, aproximadamente do final da década de 1960 até o acordo entre a Grã-Bretanha e o FMI, em 1976, culminando com a derrota trabalhista em 1979. No entanto, mesmo Thatcher, como veremos logo, também teve de esperar alguns anos até conseguir implantar plenamente suas políticas neoliberais.

Sobre a forte resistência vinda das camadas proletárias, como a resistência ao governo Heath citada na página anterior, Dunford (2002, p. 46) aponta que “[...] o aumento da participação dos salários [no keynesianismo] também foi, em parte, oriundo da resistência dos sindicatos e de um conjunto de outros movimentos sociais, ativos nos últimos anos da década de 60 e durante a década de 70”. Segundo Harvey (2007), o sistema fordista era gerenciado por cada Estado de acordo com suas peculiaridades marcantes, fossem elas políticas, sociais ou econômicas.

Na Grã-Bretanha, predominava a negociação entre capital e trabalho sem a intervenção direta do Estado. Isso ocorreu pelo menos até 1968, quando Wilson, e posteriormente Heath, tentaram enquadrar os sindicatos nos trâmites jurídicos, em especial no que dizia respeito às greves, causa, em boa parte, da baixa produtividade do país com as constantes perdas em horas trabalhadas³¹. Como vimos, em grande parte foi essa determinação que acabou derrubando o governo trabalhista em 1970. As mesmas pressões ocorreram em 1972, como já foi visto, culminando com a derrota do governo Heath dois anos depois. A citação de Dunford reforça a noção de que a resistência que havia emergido em 1968 ainda estava bem ativa na década de 1970, de certa forma indicando que 1968 foi, além de uma conseqüência das contradições que ocorreram antes, também o início de distúrbios posteriores, como vimos acima no caso britânico.

Novamente sobre o FMI, James Callaghan afirmou: “não seria impossível que as difíceis condições [impostas pelo] do FMI levem à queda do Governo”³² (UNITED KINGDOM, 1976, Chapter 3, p. 3). E em resposta à uma reunião do Partido Trabalhista, Anthony Crosland, secretário de Estado para Assuntos Exteriores, escreveu: “[...] “mais cortes teriam, por seu provável efeito nos aluguéis e outros preços, ameaçado, além das

³¹ A Itália também passou, nos anos 70, por esse problema.

³² It was not impossible that the insistence of the IMF on hard terms could lead to the Government losing office.

relações com o Congresso dos Sindicatos, o Contrato Social”³³ [...] (UNITED KINGDOM, 1976, p. 1). Essas duas citações mostram que havia receio político numa possível quebra do consenso social³⁴, e ao mesmo tempo, reforça a dificuldade em mantê-lo em meados da década de 70, auge da estagnação britânica e época do empréstimo do FMI. Numa visão mais geral, quando se constata que o movimento sindical contribuiu fortemente para a queda de dois governos, em 1970 e 1974, isso nos ajuda a entender os seguintes desdobramentos, o do governo trabalhista de Callaghan, entre 1976 e 1979, e mesmo a mudança na liderança do Partido Conservador, que passou de Heath para Thatcher.

Independente do partido que estivesse no poder, o sindicalismo reivindicava emprego e aumentos salariais acima da inflação. Como já vimos através de Galbraith (1978), o sistema de consenso, ou planejamento, só funcionava politicamente na base do constante crescimento, da eliminação da concorrência e do atendimento das demandas sindicais. Mas havia outro fator importante segundo Galbraith: as demandas do trabalhismo “deveriam estar de acordo com os objetivos do planejamento”³⁵. Esse era o cerne do consenso político entre capital e trabalho. Esses elementos eram o que a Grã-Bretanha não estava em condições de fornecer. O crescimento era comprometido pela baixa produtividade, a eliminação da concorrência só seria possível se a indústria britânica pudesse suprir o mercado e, finalmente, as demandas operárias só poderiam ser atendidas caso os outros fatores assim permitissem. Dessa forma, o Estado não conseguiu impor sua política a partir do final dos anos 60, seja com o trabalhista Harold Wilson, seja com o conservador Edward Heath. Nenhum dos dois partidos havia encontrado condições de impor aos sindicatos o novo tipo de intervenção estatal nas negociações entre capital e trabalho.

A derrota eleitoral de 1974 precipitou, no interior do Partido Conservador, a mudança de liderança. Em novembro desse ano, Thatcher venceu Heath nas eleições intrapartidárias. Apesar de seu governo, Heath era um centrista conservador³⁶, e essa

³³ [...] further cuts would, by their probable effect on rents and other prices and on relations with the Trades Union Congress seriously threaten the Social Contract [...]

³⁴ Ver na página 37 a respeito do Contrato Social, inaugurado pelo governo Harold Wilson (trabalhista) em 1974.

³⁵ Ver página 23.

³⁶ Não era propriamente um neoliberal, e sim um defensor do mercado. Esses centristas fizeram oposição à Thatcher até o início da década de 1980, em grande parte por medo do aumento do desemprego. Na próxima parte, onde falamos sobre as mudanças sofridas pelas classes dominantes, veremos melhor as diferenças entre os conservadores mais tradicionais e os neoliberais.

diferença com a ala direita é mostrada por Evans (2004, p. 15): “Quase todo seu [de Thatcher] gabinete de oposição inicial havia votado em Heath. Mesmo após demitir seis *Heathites* [depois das eleições internas ao Partido Conservador] [...] a maioria do gabinete de oposição continuava no centro, ou na esquerda do partido”³⁷. No entanto, o Partido Conservador, liderado agora por Margaret Thatcher e ideologicamente por Keith Joseph³⁸, assumiu sua posição neoliberal, apesar da resistência interna (como demonstrado acima).

Por sua vez, o Partido Trabalhista também estava num impasse. Os governos tanto de Wilson, entre 1974 e 1976, e de Callaghan, de 1976 a 1979, foram guiados pelo Contrato Social³⁹, em que o Estado aceitava discutir maior igualdade, e em troca os líderes sindicais moderavam os pedidos de aumentos salariais. No entanto, os líderes sindicais dos anos 1970, ao contrário da moderação da época de Clement Atlee⁴⁰, clamavam por um Estado socialista (Reitan, 2003). A ala esquerda do Partido Trabalhista os apoiava, mas medidas monetaristas, em grande parte provocadas pelas condições do empréstimo do FMI, obrigaram os trabalhistas a reduzir gastos e a restringir aumentos salariais. Como destaca Evans (2004), o monetarismo é uma realidade pré-Thatcher. O chamado “inverno do descontentamento” (1978-79), em que as medidas restritivas na economia provocaram greves em vários setores, quebrando o Contrato Social, terminou por enfraquecer a posição eleitoral do Partido Trabalhista.

Parece então que, politicamente, a grande mudança entre 1974 e 1979, a qual resultou na vitória da Thatcher, foi tanto entre os conservadores, que internamente fortaleceram a ala direita, como também entre os trabalhistas. Esses, dadas as condições difíceis da economia do país, demonstraram ações contraditórias. Por um lado precisavam do apoio dos sindicatos, e por outro precisavam realizar políticas deflacionárias. O inverno do descontentamento, já citado, foi a resposta dos sindicatos à limitação de aumentos salariais proposta pelo governo Callaghan. A quebra do Contrato Social tornou-se inevitável, assim como a perda da confiança de seu eleitorado.

³⁷ Nearly all of her initial Shadow Cabinet had voted for Heath. Even after she had dismissed six *Heathites*, [...] most of the Shadow Cabinet remained in the centre, or centre-left, of the party.

³⁸ Em 1979 foi nomeado ministro da indústria.

³⁹ O Contrato Social não era uma formalidade, e sim uma forma de tentar convencer os líderes sindicais das dificuldades enfrentadas pelo país. Nesse sentido, pedia-se a eles que reconsiderassem os pedidos de aumentos salariais, amenizando a estagflação.

⁴⁰ Primeiro Ministro trabalhista entre 1945 e 1952.

3 A CRISE, O ESTADO E OS TRABALHADORES

Houve um destaque para fatores econômicos e políticos até o momento. Entretanto, uma leitura sobre o que ocorria na sociedade britânica e ocidental se faz necessária. Acreditamos que é na junção entre esses três fatores (econômico, político e social) que poderemos compreender a ascensão neoliberal.

Uma tendência histórica qualquer sempre assume formas diferentes de acordo com o recorte geográfico. No entanto, para ser completamente apreendida, a análise do fenômeno ou tendência deve sempre levar em conta o elemento geral que cimenta as diferentes partes, caso contrário o próprio entendimento das partes fica comprometido. Na *Era dos Extremos*, Hobsbawm nos dá uma verdadeira aula de como isso ocorre, ao falar da ascensão dos regimes totalitários entre as duas guerras mundiais. Se fôssemos estudar caso a caso, encontraríamos grandes diferenças entre o nazismo alemão, o fascismo italiano, o regime de Salazar em Portugal ou do almirante Horthy na Hungria. No entanto, o elemento de ligação que torna inteligível o período entre as duas guerras é a queda do liberalismo.

O nosso fenômeno histórico, o neoliberalismo, também está inserido tanto em tendências particulares de cada Estado-nação como no quadro geral mundial. Para investigarmos os motivos que levaram a próspera sociedade ocidental a gerar descontentamentos mesmo antes da crise da década de 1970, é necessário discutir, em termos mais amplos, do que apenas sobre economia ou política. Seria de pouca utilidade colocarmos os motivos das revoltas estudantis e operárias de 1968 apenas na Guerra do Vietnã e nas crises da Libra e do Dólar. Segundo Hobsbawm (2008), a prosperidade da Europa Ocidental só atingiu sua plenitude na década de 60, quando o padrão de vida norte-americano foi praticamente alcançado pelos europeus.

O autor britânico, nos capítulos 9, 10 e 11 da obra *Era dos Extremos*, faz praticamente um livro à parte ao descrever os processos sociais da época. Sua riqueza em detalhes torna impossível, nesse espaço, uma análise completa do período e de seu texto. No entanto, obviamente, alguns pontos podem ser vistos. Por exemplo, sobre 68 ele destaca algo que é um de nossos argumentos: representou contradições da própria revolução social em curso e antecipou a crise da década seguinte. Pois, a população jovem ocidental do pós-guerra experimentou duas coisas impensáveis para seus antepassados da década de 30. Uma

foi a escolarização em massa; a outra foi o bem-estar, entendido aqui não somente pelo conforto material, mas principalmente pelo emprego garantido. Na base material, essa prosperidade era garantida pelo jogo *lucros x salários*, o qual deveria em última instância terminar “empatado”, ou seja, através de uma regulação estatal em que os lucros não ficavam comprometidos mesmo com constantes aumentos salariais. A compensação era feita principalmente pela inflação e pelo aumento de produtividade. Tanto a escolarização como o bem-estar inevitavelmente aumentaram as exigências sociais, ajustando-as à experiência da nova geração (HOBSBAWM, 2008).

Na verdade, essa exigência era devida em grande parte à própria definição do espaço universitário, um lugar de pensamento crítico. O ressentimento contra as autoridades destacado por Hobsbawm é também referido por Dunford (2002). Segundo esse autor, começou a haver uma revolta popular contra a alienação e as hierarquias. Cremos que esse é um ponto central na contradição social da *Era de Ouro*. Os protestos estudantis eram mais um sintoma do tipo de sociedade do que propriamente a causa de problemas futuros. Motivos não faltavam para eles, como atestam a Guerra do Vietnã e o perigo nuclear. No entanto, na esteira daqueles protestos, estavam as greves operárias, essas sim muito mais sérias, pois tocavam nas relações de produção do ocidente. Dunford retoma a questão do consenso keynesiano ao colocar o problema de como o sistema capitalista misto poderia ter continuado a funcionar no acordo entre classes, já que um dos seus fundamentos, o constante aumento de produtividade, era limitado. Isso equivale a dizer que o aumento de produtividade iria inevitavelmente gerar uma intensa exploração da mão-de-obra, quebrando aquele consenso. Não deixa de ser uma definição rígida e um tanto economicista, mas aqui pode estar uma saída para a questão. Se o período keynesiano é definido por um determinado tipo de relação entre a burguesia e o proletariado, um sistema que alterasse a produção material da sociedade através de intensa automatização de processos, como ocorre agora com o neoliberalismo, precisaria ajustar essa relação.

Segundo Harvey (2005), paradoxalmente há no neoliberalismo uma intensa intervenção estatal, justamente sob uma ideologia que prega o Estado mínimo. Porquanto o Estado neoliberal é também intervencionista, para Harvey a oposição entre keynesianismo e neoliberalismo não é em termos de Estado máximo *versus* mínimo, e sim no tipo de

intervenção. Ele indica o surgimento de uma nova burguesia⁴¹ no lugar da antiga, o que de fato redefiniria as relações de produção. Isso é mostrado em parte pela questão anteriormente mencionada, da cisão entre as alas centrista e direitista do Partido Conservador; Heath de um lado e Thatcher do outro⁴². Harvey (2005) mostra isso ao apontar que Thatcher lutou contra os resquícios aristocráticos da elite britânica em quase todos os níveis, incluindo os que predominavam na *City*⁴³. Passou então a apoiar os novos ricos e os empreendedores. Para ele, restauração do poder da classe burguesa não significa necessariamente restauração econômica das mesmas pessoas. Coincidência ou não, é difícil deixar de notar semelhança com Galbraith (1978), pois a *tecnoestrutura* é justamente composta por esse novo empresário, o qual na maioria das vezes não é proprietário, e sim um executivo a serviço de uma determinada administração.

Esse aspecto, a respeito da massificação da educação superior, foi até aqui destacado nas citações a respeito de Galbraith, de Anderson, de Harvey e de Hobsbawm. Cada um sinaliza uma perspectiva diferente. Galbraith (1978) indica essa ascensão na medida em que decrescia o poder dos proprietários ou acionistas. É um novo poder nascido juntamente com a idéia do administrador tecnocrata. Anderson (1996) extrai da idéia de massificação o surgimento de economistas nos quadros estatais. Harvey (2005) fica numa posição próxima da de Galbraith, apesar dos objetivos de ambos serem diferentes. Finalmente Hobsbawm (2008), lembrando 1968, ressalta um aspecto diferente do universitário: alguém que cria uma consciência crítica contra a alienação, a hierarquia e a burocracia da sociedade ocidental. Se tentarmos chegar perto de uma conclusão, poderíamos dizer que, dentre as causas sociais do surgimento do neoliberalismo, parece ter surgido com força uma reconfiguração das classes dominantes, além da idéia de que “ao administrador competente cabe os destinos da sociedade”. Primeiro, entre as classes com poder de decisão, e depois, hegemonicamente, entre as classes subalternas. Esse é um aspecto que disse muito sobre a nova burguesia. Nos voltaremos agora sobre o aspecto social relativo às classes trabalhadoras.

⁴¹ Novos ricos do setor financeiro e novos empreendedores.

⁴² Reforçando o que já havia sido explicado, Heath era um liberal que representava o conservador pró-mercado, ainda um pouco aristocrático, mas contra o excesso de desregulamentação thatcherista. Thatcher representava os novos ricos, empreendedores de classe média ou financistas da *City*. Assim, contrapunha-se à figura do aristocrático conservador.

⁴³ O centro financeiro londrino.

3.1 A CLASSE TRABALHADORA

Como já destacado anteriormente, em fins de 1974 Thatcher assumiu a liderança do Partido Conservador. Dessa época até sua eleição em 1979, a Grã-Bretanha viveu sob o Contrato Social feito pelos trabalhistas em acordo com os sindicatos. Foi também mostrado que o governo Heath, mesmo sendo moderado em comparação com o que Thatcher faria posteriormente, foi derrotado em sua tentativa de liberalizar a economia. Thatcher, por sua vez, fez um governo impopular entre 1979 e 1982, consagrando seu neoliberalismo somente após as eleições de 1983. Aqui, o recorte fica de acordo com o autor. Evans (2004) prefere 1982, pois foi o ano do aumento da popularidade de Thatcher, ocasionado pela Guerra das Malvinas; Reitan (2003) escolheu 1983, argumentando que entre 1983 e 1986 o Produto Interno Bruto cresceu 8 %⁴⁴. Nossa posição é de que nem a explicação política e nem a econômica são suficientes se não levarem em conta aspectos sociais, o que inclui a questão sobre a greve mineira de 1984-85.

Sobre o que o gabinete de Thatcher intencionava a respeito da classe trabalhadora, é significativo o excerto a seguir:

Um grande número de trabalhadores gostaria de ver mais sendo feito para se eliminar fraudes nos benefícios de segurança social.

Precisaríamos mudar a situação na qual algumas pessoas acham mais vantajoso não trabalhar do que o contrário. (UNITED KINGDOM, Shadow Cabinet, 1976, p. 6)⁴⁵.

E sobre a criminalidade, temos outro excerto a ser observado, desta vez de Keith Joseph ao Gabinete de Oposição:

As idéias socialistas atribuem o crime, por exemplo, em grande parte às condições sociais, além do poder do indivíduo - portanto eximindo-o da responsabilidade e até mostrando-o como a vítima. O estímulo socialista ao ódio

⁴⁴ Nenhum dos dois autores utiliza o termo neoliberalismo.

⁴⁵ Large numbers of working-class people wished to see more done to eliminate fraud over social security benefits. We would need to tackle a situation in which certain people found it more profitable not work than to do so. (Reunião do Gabinete de Oposição, 29 de março de 1976).

de classe, na ordem social existente, é facilmente traduzido como isenção perante as leis da sociedade. [...]

[...] Mas, não adiantará nada se continuarmos a diluir a culpa, justificando o crime pelas más condições materiais. Nós temos que recolocar o certo e o errado no centro da política e reagrupar o público que tem abandonado velhos valores [...] (UNITED KINGDOM, Shadow Cabinet, 1976, p. 2)⁴⁶.

Os dois aspectos das citações (trabalhadores que supostamente preferiam viver do seguro desemprego e a criminalidade vista não como um problema social, mas individual), mostram, em primeiro lugar, como a ala direita do Partido Conservador pensava os problemas da sociedade. As questões deveriam ser resolvidas pelo aspecto individual, tanto a vontade de trabalhar quanto a questão da criminalidade. Isso em si já nos dá um recorte no tempo, pois as fontes são do início da liderança de Thatcher no Partido Conservador. Mas também são úteis para pensarmos algumas teorizações a respeito das mudanças que estavam ocorrendo.

Continuando nossa discussão da obra *Pós-neoliberalismo*, destacamos determinados pontos levantados pelos autores. Por exemplo, se Therborn (1996) e Anderson (1996) falaram do neoliberalismo em termos um tanto complementares, um enfatizando as novas relações entre as instituições do capitalismo e o outro mostrando a importância das idéias, outros autores procuraram outras saídas. Pierre Salama (1996), por exemplo, insistiu na natureza do Estado. Para ele, o neoliberalismo é conceitualmente confuso, porém seus efeitos são claros. A solução dele é tentarmos conhecer como o Estado opera e, coincidindo com David Harvey, não se deve resumir a questão entre máximo e mínimo, e sim se ele é solidário ou não. Emir Sader (1996), por sua vez, também coincide com Harvey – mas não em relação ao Estado, e sim às classes – ao dizer que a melhor caracterização do neoliberalismo é a de um modelo hegemônico readequado a novas relações sociais.

O discurso das citações é claramente apoiado no argumento do indivíduo que quer apenas trabalhar (“trabalhadores que querem ver um fim nas fraudes ao serviço social”) e o

⁴⁶ Socialist ideas ascribe crime, for instance, largely to social conditions beyond the power of the individual - therefore exempting him from responsibility and even painting him as the victim. Socialist encouragement of class hatred of the existing social order is easily translated into exemption from obeying society's laws. [...] [...] But we shall do no good if we continue to dilute blame by excusing crime on grounds of bad material conditions. We have to restore right and wrong to the centre of policy and rejoin the public who have deserted old values [...] (7 de dezembro de 1976).

crime como um problema individual. O que parece significativo, é que essa forma de enxergar o problema era certamente um apelo eleitoral a uma visão de mundo de classe média, na medida em que os sindicatos eram derrotados e o operariado se dividia entre classe e subclasse⁴⁷. Hobsbawm (2008) reforça essa noção ao referir-se à queda no número de trabalhadores nas minas, por exemplo. A indústria passou a depender menos dessa classe trabalhadora. Para a Grã-Bretanha, é significativo que entre 1980 e 1984 tenha perdido 25% de sua indústria. Esse declínio industrial foi acompanhado, segundo Hobsbawm (2008), pelo aumento da citada subclasse, um grupo fora do mercado formal de trabalho, cuja única esperança de moradia, por exemplo, era o serviço habitacional do Estado. Quanto ao número declinante de trabalhadores, também em Evans (2004, p. 40) temos números relativos aos mineiros. Seu sindicato perdeu 72% de seus membros entre 1979 e 1986.

Na citação de Keith Joseph há uma tentativa de unir velhos valores ao indivíduo, quando em grande parte a queda dos velhos valores foi devido à emergência justamente do indivíduo. Quanto à subclasse, essa também é referida por Evans (2004, p. 40), “a tendência a uma maior desigualdade entre ricos e pobres, a qual começou em 1977 sob o governo Callaghan, aumentou substancialmente sob Thatcher, cujas políticas foram muito criticadas como tendo criado uma subclasse [...]”⁴⁸, ou ainda “essa situação levou à fratura e à antagonização da sociedade, reabrindo o conflito de classes e estimulando o desenvolvimento de formas negativas de sociabilidade derivadas da falta de perspectivas” (RIBEIRO, 1997, p. 103).

Parece de certa forma que, do lado operário, temos argumentos suficientes para afirmar uma grande mudança social. Houve o declínio de trabalhadores especializados e de escritório (administrativos), mas o aumento da subclasse, que na verdade corresponde ao novo trabalhador flexibilizado do toyotismo⁴⁹. Isso era, de certa forma, uma condição para a derrota do Partido Trabalhista, pois estes possuíam força eleitoral justamente em áreas de declínio industrial e sindical. E somente 38% dos trabalhadores sindicalizados votaram

⁴⁷ O termo subclasse refere-se ao trabalhador mantido no novo regime de acumulação. Não possui especialização, é contratado em troca de baixos salários, muitas vezes é temporário e, quando não é, mesmo assim é facilmente substituível. Atualmente, tanto no Brasil quanto em muitos países europeus, seu exemplo clássico é o operador de *telemarketing*.

⁴⁸ The trend towards greater inequality between rich and poor, which had begun in 1977 under the Callaghan government, increased very substantially under Thatcher, whose policies were widely criticized as created an underclass [...]

⁴⁹ Sistema de produção industrial baseado em produção de escala reduzida, enxuta e com prazos de entrega fixados rigidamente. O trabalhador fica sujeito a cada vez mais tarefas no mesmo tempo de trabalho.

neles em 1983, por exemplo. Menos da metade numa categoria em declínio (EVANS, 2004).

Retomando o que havíamos citado, de Pierre Salama sobre o significado do Estado no neoliberalismo, e de Sader sobre a nova configuração de classes: se o Estado neoliberal não é mínimo, e sim apenas diferente do Estado keynesiano, como destacou David Harvey, isso basicamente deve-se a como ele opera na economia e, em consequência, na configuração das classes sociais. O Estado neoliberal pratica o enxugamento de sua máquina liberando as forças do mercado, principalmente através da promoção da flexibilização das relações de trabalho, das privatizações e do aumento das taxas de juros a fim de atrair refinanciamentos. Não é mínimo nem fraco em relação às outras instituições, ele é enxuto (HARVEY, 2005). Também Friedman exemplifica isso, mas do ponto de vista neoliberal. Como segue abaixo:

Um governo que mantenha a lei e a ordem; defina os direitos de propriedades; sirva de meio para a modificação dos direitos de propriedade e de outras regras do jogo econômico; julgue disputas sobre a interpretação das regras; reforce contratos; promova a competição; forneça uma estrutura monetária; envolva-se em atividades para evitar monopólio técnico e evitar os efeitos laterais considerados como suficientemente importantes para justificar a intervenção do governo; suplemente a caridade privada e a família na proteção do irresponsável, quer se trate de um insano ou de uma criança; um tal governo teria, evidentemente, importantes funções a desempenhar. O liberal consistente não é um anarquista (FRIEDMAN, 1988, p. 39).

O exemplo acima está muito claro a respeito do papel do Estado neoliberal. No entanto, sabemos que ele não atua exatamente como prescreviam Friedman e Hayek, pois isso dependeria de condições ideais para tal. Mas, pelo peso estatal em decisões econômicas, seja para salvar empresas, seja para garantir o estoque de moeda, o Estado, mesmo sob o neoliberalismo, não pode ser mínimo. Veremos agora o lado dos trabalhadores à margem do consenso keynesiano, que havíamos denominado subclasse.

Um problema apontado em outra tese de Harvey (2007)⁵⁰ é o fato – também mostrado por Galbraith, mas de outra forma – de que nem toda a classe trabalhadora

⁵⁰ *Condição Pós-moderna.*

usufruí o sistema tripartite de negociações, a saber, entre Estado, capital e trabalho. Como já explicitado na introdução desse trabalho, a crise do keynesianismo não foi apenas econômica. Toda a convulsão social do final dos anos 60 ocorria num contexto de questionamento do sistema, quando, antes mesmo da crise de alguns anos depois, as benesses do consenso já não davam conta das demandas das classes sindicalizadas, quanto menos das classes marginais ao sistema. O documento oficial (Nações Unidas) reproduzido adiante afirma em sua parte final que os governos encontram (já em meados dos anos 60) dificuldades em reconciliar gastos constantes na forma de investimentos públicos de longo prazo com elementos conjunturais. Ora, investimentos de longo prazo eram uma condição do sistema fordista-keynesiano, baseado num consenso, não em uma mera escolha técnica. Operava, portanto, além da economia. O Estado era responsável por uma série de medidas que, em última instância, restringia seu próprio leque de ações. Não parece muito claro dito dessa forma, mas aquelas medidas na verdade não possuíam um alcance total na sociedade, por isso os descontentamentos sociais surgiram antes mesmo da difícil conjuntura dos anos 70.

[...] Muitos governos enfrentam um conflito. Por um lado, as necessidades de longo prazo requerem substanciais aumentos das despesas públicas, capitais e moeda, tanto para modernizar a infra-estrutura da economia para proporcionar-lhe eficiência, quanto para o desenvolvimento da educação, saúde, moradias e outros serviços coletivos. Por outro lado, os governos se encontram obrigados a recorrer a variações de curto prazo nas despesas públicas como parte de sua limitada gama de instrumentos conjunturais. [...] O conflito não está completamente resolvido, e a tendência das despesas públicas alinhou de acordo com um programa de longo prazo, até ser encontrada uma forma mais adequada de minimizar as flutuações econômicas. [...] Enquanto isso, a tendência em muitos países tem sido manter a crescente taxa de investimento público [...] ⁵¹ (UNITED NATIONS, 1965, p. 19).

⁵¹ [...] Many governments face a conflict. On the one hand, long-term requirements call for substantial increases in public expenditure, capital and current, both for modernizing the infrastructure of the economy in the interest of economic efficiency, and for the development of education, health, housing and other collective services. On the other hand, governments find themselves obliged to resort to short-term variations in public expenditure as one of the still limited battery of conjunctural instruments available to them. [...] The conflict cannot be completely resolved, and the trend of public expenditure smoothed in accordance with a long-term programme, until better ways are found of minimizing economic fluctuations. [...] Meanwhile, the tendency in several countries has been to maintain the growth rate of public investment...

Cada vez mais, na medida em que se reforçava o consenso com as classes sindicalizadas – as medidas de longo prazo – menos capacidade havia de lidar com a parte da sociedade ainda pertencente ao sistema não-fordista e não-oligopolista, competitivo por definição – afetado pelas conjunturas.

Esse aparente “beco sem saída” do sistema keynesiano é definido por Harvey (2007) como um problema de rigidez. Tendo de contentar, por um lado, a classe capitalista do setor oligopolista com crescentes investimentos em tecnologia e infra-estrutura, além de sua correspondente classe trabalhadora com satisfatórios acordos fabris – que iam desde questões salariais para compensar aumentos de preços até negociações sobre o controle do local de trabalho – e, por outro lado, o setor excluído dos oligopólios, principalmente com serviços sociais de redistribuição, o Estado passou a se deslegitimar. É no descontentamento real das classes desprivilegiadas do sistema que devemos procurar a expressão de suas contradições. Elas sofriam com aquela rigidez na medida em que o mercado de trabalho não permitia mobilidade suficiente, além de estarem nos setores de pior remuneração. E o Estado, para não aumentar o descontentamento, evitava aumentar sua base fiscal, tendo de compensar seus gastos com a impressão de moeda, ocasionando inflação. Agora, de certa forma fica claro que o Estado, posteriormente em sua fase neoliberal, atuou tanto no sentido de reafirmação do poder burguês, mas, como Harvey havia destacado, de uma nova burguesia, à custa de uma classe trabalhadora que já não era a mesma também.

Basicamente, o que foi uma questão de princípios na Grã-Bretanha era a relação entre micro e macroeconomia. Aquela atuação estatal citada, ou seja, imprimir moeda para não ter de aumentar a base fiscal, foi mudada para o controle da inflação e para as privatizações, em direção à macroeconomia. A questão do desemprego foi deixada para a microeconomia ou, dizendo de uma forma mais clara, as forças do mercado. Conforme Nigel Lawson, ministro da economia no segundo governo Thatcher (1983-87), ao elogiar a diminuição do desemprego nos Estados Unidos no início da década de 1980, atribuiu essa situação a seu mercado de trabalho flexibilizado e competitivo, o que equivale a dizer com o afastamento do Estado:

Esse agudo contraste [desemprego na Europa e emprego nos EUA] não tem sido produto da política macro. Tem sido quase inteiramente devido ao trabalho mais eficiente, competitivo, inovador e flexível [...]

[...] livre mercado, espírito empreendedor, e trabalhadores que preferem ir atrás de emprego ao invés de esperar, são poderosos motores do emprego (UNITED KINGDOM, 1984, p. 4)⁵².

Lawson reforça a noção de que é ao trabalhador individual, e não ao sindicalizado, que cabem as principais decisões sobre seu meio de vida. O afastamento do Estado torna-se evidente. Esse trabalhador, obrigado a sujeitar-se a um novo tipo de relações produtivas, cumprindo mais tarefas em suas jornadas, é sem dúvida uma das principais mudanças que emergiram com a desindustrialização ocidental e britânica. O trabalhador especializado e sindicalizado também se flexibilizou, mas agora no sistema toyotista e enxuto de produção, sempre sujeito a ser varrido por novas tecnologias. Quanto à classe burguesa, esta se modificou profundamente também, agora capitaneada pelos que atuam no setor financeiro, pois uma das conseqüências das privatizações levadas a cabo pelo governo Thatcher, foi jogar ativos na *City* londrina. Segundo Evans (2004), os principais beneficiários das privatizações de Thatcher foram os gestores de fundos de pensão, pois os pequenos investidores em seguida venderam seus ativos, visando lucros rápidos. Reitan (2003, p. 56) descreve as principais: “British Aerospace (1985), National Bus Company (1985), Associated British Ports (1985), Jaguar (1984)”. As datas são significativas, pois coincidem com a greve de mais de um ano dos trabalhadores das minas de carvão (março de 1984 a maio de 1985). A decisão do governo de fechar um grande número de minas de carvão, praticamente acabando com a própria classe de mineiros, provocou a greve⁵³.

O Conselho Nacional do Carvão (NCB, *National Coal Board*, em inglês), em 1983, passou a ser presidido por Ian MacGregor (indicado por Thatcher). Dentro do programa neoliberal, ele decidiu cortar custos diminuindo o número de trabalhadores e, quanto às minas de carvão não-lucrativas, decidiu fechá-las. Alguns anos antes, prevendo a reação dos trabalhadores, o NCB já havia se prevenido, estocando carvão. A intenção de Thatcher

⁵² This Sharp contrast has not been the product of macro policy. It has been almost entirely due to the more efficient, competitive, innovative and adaptative labour [...]

[...] free markets, the spirit of enterprise, and workers who prefer to price themselves into jobs rather than out of them, are a powerful engine of employment.

⁵³ No final da década de 1970 a Grã-Bretanha passou a se beneficiar do petróleo do Mar do Norte, diminuindo a importância do carvão na economia.

era não recuar, ao contrário de Heath em 1974. Como previsto, os trabalhadores, através da NUM e de seu líder, Arthur Scargill, reagiram com uma greve, iniciada em março de 1984.

Além dos estoques preventivos, MacGregor diluiu a reação de uma parte dos trabalhadores. As minas de Nottinghamshire e das Midlands eram lucrativas⁵⁴, e seus trabalhadores, sabendo que não estariam entre os que perderiam seus empregos, não apoiaram os apelos do NUM. Além disso, MacGregor ofereceu condições generosas aos que seriam demitidos nas minas ineficientes. Thatcher, por sua vez, meses antes da greve, já havia preparado a polícia para a repressão a práticas grevistas que não estivessem de acordo com a lei, como algumas formas específicas de piquetes⁵⁵.

Entretanto, a greve durou mais de um ano, com os trabalhadores bloqueando as minas, impedindo o abastecimento de carvão, nem sempre com sucesso. Reitan (2003) afirma que as condições de 1984 eram bem diferentes do que dez anos antes, pois o carvão já não era uma fonte de energia tão essencial. Na década de 1980, o petróleo do Mar do Norte já era explorado. Além disso, o apelo de Scargill para que trabalhadores de outras indústrias apoiassem a greve, não foi atendido, num contexto de alto desemprego e conseqüente medo da classe trabalhadora. Scargill acabou cedendo em maio de 1985.

Por sua vez, os trabalhistas, liderados por Neil Kinnock, não apoiaram os grevistas, pois, com a baixa popularidade de Scargill frente à sociedade⁵⁶, Kinnock temeu um suicídio político. Lembremos que, nas eleições de 1983, os trabalhistas quase caíram para a terceira posição no parlamento, atrás dos liberais.

Além dos fatores discutidos, a vitória na Guerra das Malvinas foi um importante fator no suporte social e político de Thatcher, na firme decisão de combater os grevistas. Mas, sem dúvida, a redução da força numérica dos trabalhadores, aliada às novas regras jurídicas, as quais tornavam ilegal uma categoria entrar em greve para apoiar outra (Decreto de Emprego de 1982)⁵⁷, foram igualmente importantes, ou até mesmo fundamentais. A vitória de Thatcher sobre os grevistas não foi apenas política, teve muito conteúdo de

⁵⁴ Yorkshire era a região mais ameaçada pelo fechamento de minas.

⁵⁵ Alguns piquetes são chamados por nomes específicos. Por exemplo, os *secondary pickets* e *flying pickets*. O primeiro tipo é uma forma de protesto que procura arranjar um local surpresa, onde as autoridades não tenham sido avisadas. O segundo faz algo parecido em relação ao momento exato da reunião.

⁵⁶ Thatcher havia conseguido o que Wilson e Heath não conseguiram, ou seja, permitir greves somente através da aprovação da maioria dos trabalhadores, por voto secreto. Como a greve de 1984 foi feita sem essa aprovação eleitoral, Scargill ficou com uma má imagem perante a sociedade.

⁵⁷ *Employment Act*.

caráter social, na medida em que a diminuição e paulatina extinção da classe de trabalhadores das minas ocorriam rapidamente. Além disso, a desarticulação da classe trabalhadora, através do enfraquecimento dos sindicatos e da ideologia do indivíduo, também foram fatores decisivos.

Após a derrota da greve, a maior parte das minas foi fechada, e uma das conseqüências foi o altíssimo desemprego (50% em algumas zonas mineiras), além do surgimento de verdadeiras cidades fantasmas. E em 1994, finalmente, todo o setor carbonífero foi privatizado. Era o resultado da diminuição do valor do próprio trabalho manual, segundo as novas regras capitalistas de lucros financeiros e rápidos, a respeito das quais as privatizações são testemunhas. Isso havia se refletido também nas eleições de 1983, por exemplo, quando a base eleitoral do Partido Trabalhista havia diminuído tanto, que o desastre foi inevitável.

Hobsbawm (2008) afirmou que o neoliberalismo não foi uma alternativa à crise da década de 1970, pois os gastos do Estado, mesmo na era pós-keynesiana, não diminuíram a ponto de entregar toda a economia ao mercado. Também argumenta que o neoliberalismo não trouxe os índices de crescimento mundial de volta aos níveis da *Era de Ouro*. Era muito mais do que uma alternativa, a hegemonia de uma nova visão de mundo, baseada no individualismo. Também compartilhamos essa visão no sentido prático, ou seja, o neoliberalismo não foi uma saída técnica ou científica ao keynesianismo. Mas se tornou hegemônica, pois ganhou força com as novas condições surgidas com a crise dos anos 1970. Na Grã-Bretanha, quando a crise econômica foi somada com a mudança política no governo Callaghan, além da mudança estrutural da sociedade – essa marcada pelas novas relações de produção provocadas por novas tecnologias e pelo aumento da esfera financeira –, o neoliberalismo de Thatcher pôde triunfar.

CONCLUSÃO

Este trabalho buscou mostrar basicamente a emergência de um determinado tipo de sociedade. No entanto, falar nesses termos não é o suficiente. Primeiramente, tentamos acentuar o quão notável é o fato do neoliberalismo ter surgido primeiro na Grã-Bretanha. Além disso, num curto espaço de tempo (pouco mais de um ano após Thatcher assumir o Gabinete de Governo), os Estados Unidos também elegeram um presidente que defendia posições neoliberais e individualistas. Um pouco antes, em meados da década de 1970, o Chile adotou medidas neoliberais com suporte técnico e ideológico de norteamericanos e de britânicos.

Todos esses fatos, além do neoliberalismo ser uma idéia forjada por professores radicados ou nascidos nos dois países anglo-saxões, nos instigaram a investigar as causas desse processo que já ocorre há três décadas. Assim como Hobsbawm nos lembra que se o fascismo tivesse ficado na Itália sem alcançar a Alemanha, provavelmente não teria obtido a dimensão que teve, da mesma forma podemos dizer que, sem o poder financeiro e militar global dos Estados Unidos, e em menor medida da Grã-Bretanha, o neoliberalismo não teria tido abrangência mundial.

Se, por um lado demonstramos que ele precisou de condições para surgir num país específico, precisou também que esse país possuísse um poder e uma tradição no pensamento da sociedade. Esse ponto foi destacado por Perry Anderson, por exemplo. Além dos fatores expostos por ele, como a massificação da educação e subida de economistas a postos governamentais, há também o fato do mundo moderno ser produto da expansão do sistema capitalista surgido exatamente na Grã-Bretanha. A ascensão foi tanto estrutural quanto ideológica.

Aqui, no entanto, demos ênfase à base material. Argumentamos que o recorte no tempo começa em 1974, pois foi aí o início real da crise econômica do fordismo, afetando especialmente a Grã-Bretanha (considerando os países desenvolvidos). Também em meados da década de 1970 até 1979 temos o início de práticas neoliberais sob a liderança do Partido Trabalhista, além do crescimento da ala direita dentro do Partido Conservador. Por sua vez, o recorte final (1985) leva em consideração fatores sociológicos, pois, se a vitória política havia sido conquistada já em 1979, as outras eleições vencidas por Thatcher

apenas confirmaram sua hegemonia na sociedade. Devido a isso resolvemos buscar nessa, tanto quanto na política e na economia, o triunfo neoliberal nos anos 80, já que a diminuição do percentual de operários sindicalizados em um país em franca desindustrialização, reforçou o eleitorado dos conservadores, nos novos parâmetros ideológicos do individualismo. Dessa forma, nosso argumento tramitou entre a ênfase da dimensão econômica, política e social. Além do fator geográfico (Grã-Bretanha) e temporal (1974-1985), temos nosso suporte teórico. Procuramos utilizar autores que nos ajudassem a entender como funcionava o sistema keynesiano, assim como a transformação que ocorreu no mundo ocidental nos últimos trinta e cinco anos. A ambição do projeto em tentar dar conta de uma amplitude tão grande de fatores, num espaço tão restrito quanto o de um trabalho de conclusão, nos apresentou o desafio de uma carga de leitura muito grande. Sendo a maioria dos autores utilizados marxistas, e considerando o marxismo um corpo teórico abrangente, que abarca as áreas de filosofia, história, política, etc., a amplitude dos temas abordados ficam, de certa forma, justificados.

Finalmente, reiteramos que o neoliberalismo é ainda uma experiência e uma realidade para todos nós, e por isso de difícil apreensão histórica. Talvez, daqui a cem anos, os historiadores olhem para nosso período observando algo mais, além de uma ideologia ou de um punhado de medidas em política econômica.

FONTES

HARPER, Keith. Pit strike ends in defiance and tears. *The Guardian*, London, 4 mai. 1985. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/fromthearchive/story/0,,1429566,00html>> Acesso em: 18 ago. 2009.

LAWSON, Nigel. *The Fifth Mais Lecture: The British Experiment*. London: City University Business School, Centre for Banking and International Finance, 1984. Disponível em: <<http://www.margaretthatcher.org/archive/displaydocument.asp?docid=109504>>. Acesso em: 15 jan. 2009.

Revolução Conservadora. Revista Veja, São Paulo, p. 38-41, 9 mai. 1979.

ROYSTER, Vermont. A Ruína da Grã-Bretanha. Seleções do Reader's Digest, Lisboa, 1976.

UNITED KINGDOM. Cabinet. Conclusions of a Meeting of The Cabinet held at 10 Downing Street. 25 November 1976. London. Disponível em: <<http://filestore.nationalarchives.gov.uk/pdfs/small/cab-128-60-cm-76-34.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2009.

UNITED KINGDOM. Cabinet. Economic Strategy: The IMF. 29 November 1976. London. Disponível em: <<http://filestore.nationalarchives.gov.uk/pdfs/small/cab-129-193-cp-76-118-8.pdf>> Acesso em: 4 jun. 2009.

UNITED KINGDOM. Industrial Unrest. [S.l.], [entre 2005 e 2009]. Disponível em: <<http://www.nationalarchives.gov.uk/cabinetpapers/themes/industrial-unrest.htm>>. Acesso em 30 jul. 2009.

UNITED KINGDOM. Shadow Cabinet. Leader's Consultative Committee. 13 February 1976. London. Disponível em: <<http://www.margaretthatcher.org/document/1749B56462364D7393EBA00115BB9981.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2008.

UNITED KINGDOM. Shadow Cabinet. Our Tone of Voice and Our Tasks. Keith Joseph. 7 December 1976. London. Disponível em: <<http://www.margaretthatcher.org/document/8F453C2A251C48D09B4C1401F8A0BF46.pdf>>. Acesso em 12 dez. 2008.

UNITED NATIONS. Secretariat of The Economic Commission for Europe. *Economic Survey of Europe in 1964: The European Economy in 1964*. Geneva, 1965.

UNITED NATIONS. Secretariat of The Economic Commission for Europe. *Economic Survey of Europe in 1978 (Part I): The European Economy in 1978*. New York, 1979.

YOUNG, Hugo. Commentary on Thatcherism. *The Guardian*, London, 24 set. 1984. Disponível em: <<http://guardian.co.uk/politics/1984/sep/24/thatcher.uk>> Acesso em: 7 mai. 2009.

FONTE AUDIOVISUAL

CHAUÍ, Marilena. Entrevista concedida ao programa Roda Viva, TV cultura: 1999.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. SADER, Emir. SALAMA, Pierre. THERBORN, Göran. A Trama do Neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. In: SADER, Emir. GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ANTUNES, Ricardo. *A “terceira via” de “Tory” Blair: a outra face do neoliberalismo inglês*. Revista Outubro, [S.l.], [entre 2000 e 2008]. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edições/03/out3_04.pdf>. Acesso em 5 mar. 2009.

BUARQUE, Cristovam. Um Programa Educacional Transformador. *Le Monde Diplomatique*, São Paulo, Instituto Polis, n. 21, abril 2009.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François (Org.). *A Mundialização Financeira*. São Paulo: Xamã, 1998.

CHOMSKY, Noam. *O Governo no Futuro*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

DUNFORD, Michael. A Globalização e as Teorias da Regulação. In: VALENÇA, Márcio M.; GOMES, Rita de C. C. *Globalização e Desigualdade*. Natal: A. S. Editores, 2002.

EVANS, Eric J. *Thatcher and Thatcherism*. London: Routledge, Taylor e Francis Group, 2004.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

GALBRAITH, John Kenneth. *A Sociedade Afluente*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1972.

_____. *O Novo Estado Industrial*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1983.

HARVEY, David. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

_____. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

HAYEK, Friedrich August Von. *O Caminho da Servidão*. Porto Alegre: Editora Globo S. A., 1977 [1944].

HOBBSBAWM, Eric. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2003.

_____. *Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MELLER, Patrício. *Uma revisão da crise na ciência econômica (keynesianismo x monetarismo)*. Revista de Economia Política, [S.l.], v. 7, nº 4, out./dez. 1987. Disponível em <<http://www.rep.org.br/pdf/28-5.pdf>>. Acesso em 11 de fev. 2009.

PADRÓS, Enrique Serra. Capitalismo, prosperidade e Estado de bem-estar social. In: REIS FILHO, Daniel A.; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. *O Século XX: O Tempo das Crises*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000. v. 2.

REITAN, Earl A. *The Thatcher Revolution: Margaret Thatcher, John Major, Tony Blair, and the Transformation of Modern Britain*. London, Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2003.

RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. Privatizações na Grã-Bretanha. In: CARRION, Raul K. M.; VIZENTINI, Paulo G. F. *Globalização, Neoliberalismo, Privatizações: Quem decide este jogo?* Porto Alegre: Editora da Universidade, 1997.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Neoliberalismo: Gênese, Retórica e Prática*. Portal Brasileiro da Filosofia, [S.l.], [entre 2000 e 2008]. Disponível em: <http://portal.filosofia.pro.br/fotos/file/neoliberalismo_alberto_tosi.pdf>. Acesso em 20 abr 2009.

